

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica

Mariza Vera Sampaio

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS
ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS**

Rio de Janeiro

2024

Mariza Vera Sampaio

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS

Projeto de dissertação apresentado como requisito parcial para aquisição do título de mestre do programa de pós graduação de ensino em Educação Básica do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea da Paixão Fernandes

Rio de Janeiro

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CAP/A

S192 Sampaio, Mariza Vera

A educação de jovens e adultos nos espaços das organizações religiosas e associações civis. / Mariza Vera Sampaio - 2024.

100 f. : il.

Orientadora: Andrea da Paixão Fernandes.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ.

1. Organizações religiosas - Teses. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Associações civis - Teses. I. Fernandes, Andrea da Paixão. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/ UERJ. III. Título.

CDU 374.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mariza Vera Sampaio

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES
RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS**

Projeto de dissertação apresentado como requisito parcial para aquisição do título de mestre do programa de pós graduação de ensino em Educação Básica do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de maio de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Andrea da Paixão Fernandes (Orientadora)
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp-Uerj

Prof. Dr. Lincoln Tavares Silva
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp-Uerj

Prof. Dr. Alexandre Maia Bomfim
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha mãe, Placidina Alves de Carvalho, pelo seu exemplo de mulher, mãe e estudante da Educação de Jovens e Adultos. Você me faz ver que para os sonhos não existem barreiras.

Dedico também a todas as pessoas que não se conformam com o lugar em que a sociedade os coloca, mas luta para descobrir e construir a sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus. Autor e criador da vida. Que saibamos cultivar e guardar esse bem: nossas vidas, com coragem busquemos tudo o que nos faz ser melhores.

Agradeço, a minha família. Mãe, irmãos, tios, sobrinhos e primos. No seio familiar eu aprendo a respeitar e valorizar as diferenças. Vocês me inspiram a querer lutar pelo melhor de mim. De uma forma especial minha, te agradeço Tere, minha tia irmã a sua parceria é certa e me inspira a coisas novas.

Meu Instituto, Irmãs Franciscanas Alcantarinas. Cada uma de vocês me ajuda a viver um ideal de vida. Obrigada pelo sustento na caminhada, pela partilha fraterna e por todas as oportunidades de crescimento.

À minha orientadora, Andrea da Paixão Fernandes, os nossos primeiros encontros, mesmo antes desta longa jornada me inspiraram. Que você continue inspirando pessoas a percorrer suas jornadas de autoconhecimento.

Aos meus colegas do Mestrado, pelas trocas que nos enriqueceram. É muito bom poder contar com pessoas que somam.

Agradeço ao Instituto das Irmãs de São João Batista, sobretudo (Ir Vânia, Ir Ana e Cristiana), quando a abertura de vocês fez a diferença na minha caminhada. Que vocês possam continuar fazendo a diferença na busca de tantos jovens que esperam concluir suas jornadas acadêmicas nos seus colégios e espaços formativos.

Aos meus amigos que me sustentaram em tantos momentos, Priscila sempre me incentivando, Elenice, leitora atenta, Margo companheira de todas as horas, Fafarela, presença silenciosa e fecunda e Roselene a quantos anos somando comigo, você não mede esforços para ajudar, seu altruísmo é edificante.

Aos membros da banca avaliadora, que de forma especial e em momentos distintos, demonstraram incentivo, parceria e credibilidade no trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa e minha formação acadêmica, meu muito obrigada!

Paz e Bem!

*“A coragem da alteridade é a alma do diálogo, que se baseia na
Sinceridade de intenções.”*

Papa Francisco

RESUMO

SAMPAIO, Mariza Vera. **A educação de jovens e adultos nos espaços das organizações religiosas e associações civis**. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado profissional – programa de pós-graduação de ensino em Educação Básica) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente pesquisa buscou analisar, no desafio da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), opções que levem a caminhos bem-sucedidos para a implantação dessa modalidade de ensino. Considerando a legislação brasileira, que serve para basilar a importância e a necessidade de garantia do direito à Educação de Jovens e Adultos, observando na história os avanços e pausas com relação à modalidade, a pesquisa traz, também, uma reflexão sobre esses sujeitos que buscam novo rumo para suas histórias, a partir da percepção sobre quais são os espaços que jovens e adultos em busca pelo direito à educação encontram em seus retornos. As Organizações Religiosas e as Associações Civis ligadas à Igreja católica foram investigadas quanto à possibilidade de serem um caminho possível para a garantia do direito à Educação dos Jovens e Adultos. Serão analisadas dentro do cumprimento do papel social que se propõe e não como única possibilidade ou desresponsabilizando o Estado. Os esforços da sociedade para ampliar a busca de caminhos para o problema social de tantas pessoas que não conseguiram se alfabetizar, concluir a educação básica ou ainda são analfabetos ou analfabetos funcionais. O Produto Educacional (PE) elaborado como resultado da pesquisa se constituem como diretrizes norteadoras para as Instituições. O PE foi elaborado após estudo dos documentos, pesquisa e observação de sujeitos apoiando-se teórica e metodologicamente na técnica de análise de dados e conteúdo, referenciada em Laurence Bardin (2016). O Instrumento visa ser um referencial, em termos de orientações para a busca de sucesso no percurso de novos espaços educativos para jovens e adultos. A perspectiva é de que sejam novos rumos para esse que é um antigo problema: possibilitar a todos os cidadãos que se cumpra o seu direito de acesso à educação básica, efetiva e de qualidade.

Palavras chaves: EJA. Organizações Religiosas. Associações Civis.

ABSTRACT

SAMPAIO, Mariza Vera. **The education of young people and adults in the spaces of religious organizations and civil associations**. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado profissional – programa de pós-graduação de ensino em Educação Básica) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research sought to analyze, in the challenge of offering Youth and Adult Education (EJA), options that lead to successful paths for the implementation of this teaching modality. Considering Brazilian legislation, which serves to sustain the importance and need to guarantee the right to Youth and Adult Education, observing in history the advances and pauses in relation to the modality, the research also brings a reflection on these subjects who seek new direction for their stories, based on the perception of the spaces that young and adult people in search of the right to education find on their return. Religious Organizations and Civil Associations linked to the Catholic Church were investigated as to whether they could be a possible way to guarantee the right to Education for Young People and Adults. It will be analyzed within the fulfillment of the social role that is proposed and not as the only possibility or as a way of exempting the State from responsibility. Society's efforts to expand the search for ways to solve the social problem of so many people who have not managed to become literate, complete basic education or are still illiterate or functionally illiterate. The Educational Product (EP) prepared as a result of the research constitutes guiding guidelines for Institutions. The EP was prepared after studying documents, research and observation of subjects, relying theoretically and methodologically on the data and content analysis technique, referenced in Laurence Bardin (2016). The Instrument aims to be a reference, in terms of guidelines for the search for success in the journey of new educational spaces for young people and adults. The perspective is that there will be new directions for this old problem: enabling all citizens to fulfill their right to access basic, effective and quality education.

Keywords: EJA. Religious Organizations. Civil Associations.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo

Gráfico 2 – Pessoas de 14 a 29 com nível de instrução inferior ao médio completo por motivo de abandono escolar ou nunca ter frequentado a escola

Gráfico 3 – Classificação etária dos estudantes por década

Gráfico 4 – Questão 5.4 do Instrumento de pesquisa

LISTA DE QUADROS

Esquema 1 –	Análise da categoria temática referente às motivações do abandono escolar.
Esquema 2 –	Análise da categoria temática referente às motivações para o retorno à escola.
Esquema 3 –	Análise da categoria temática referente ao que se espera com os estudos que estão fazendo
Esquema 4 –	Análise da categoria temática. Qual a importância de ter a modalidade para a Instituição, segundo o olhar do docente
Esquema 5 –	Análise da categoria temática como o docente vê a EJA no país
Esquema 6 –	Análise da categoria temática referente às motivações para ter escolhido a escola atual.

LISTA DE SIGLAS

ANEC	Associação Nacional de Escolas Católicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
DO	Docente
EDUCAR	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesq. Educ. Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEB	Movimento de Educação de Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA-SP	Movimento de Alfabetização de São Paulo
OSCs	Organizações da Sociedade Civil as
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PE	Produto Educacional
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa de educação de jovens e adultos
PTT	Produto Técnico Tecnológico
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SME-SP	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	MEMÓRIAS DA PESQUISADORA E INTRODUÇÃO À PESQUISA	13
2	EJA: SUJEITOS E QUESTÕES LEGAIS. UM DIREITO NEGADO	19
2.1	Breve relato histórico da EJA educação de adultos no Brasil	19
2.2	A legislação da EJA, hoje.	24
2.3	Quem são os sujeitos da EJA, hoje	30
2.4	A educação de Jovens e Adultos	33
2.5	É possível o fim da EJA?	35
3	A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NOS SEUS VÁRIOS ASPECTOS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES.	38
3.1	Definições de associação civil	39
3.1.1	O fortalecimento das associações civis	39
3.1.2	Atuação da sociedade civil na EJA	40
3.1.3	O poder público e o financiamento das associações	42
3.1.4	Desafios nas Parcerias com as Associações	42
3.2	Como são vistas as organizações religiosas no Brasil	44
3.2.1	As instituições religiosas católicas e a EJA	45
3.3	Apelo educativo das instituições religiosas	47
3.3.1	O pacto educativo global	48
3.4	A sociedade organizada e o compromisso social	51
4	CAMINHOS DA PESQUISA: MATERIAIS E MÉTODOS	52
4.1	Contextualização Institucional	53
4.1.1	Desenvolvimento da modalidade	54
4.2	Análise dos Instrumentos de pesquisa na perspectiva dos discentes	55
4.2.1	Abandono x retorno	57
4.2.2	Das lutas pelo reconhecimento da cidadania	61
4.2.3	Diversidade da sala de aula	65
4.3	Análise dos Instrumentos de pesquisa na perspectiva dos docentes	66
4.3.1	Expectativas Institucionais no olhar docente	69
4.3.2	Visão docente da EJA	72
4.4	Desafios Institucionais	74
5	PRODUTO EDUCACIONAL	79
5.1	Metodologia do desenvolvimento do produto	80

5.2 Envolvimento Institucional com a EJA	81
5.3 Atenção e riscos no desenvolvimento da modalidade	82
5.4 Possibilidades de caminhos	83
5.5 Viabilidade do PE	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	94

MEMÓRIAS DA PESQUISADORA E INTRODUÇÃO À PESQUISA

Aos 44 anos e após uma jornada de 23 anos no campo da educação em diversos espaços surge, no ano de 2020, a minha necessidade de estudar, pesquisar e repensar a prática pedagógica. Quando estava em sala de aula ou na atividade de gestão, muitas atividades eram realizadas com o intuito de resolver situações imediatas ou não, e fazer com que o fluxo das atividades rotineiras caminhasse, pois, a vida precisava seguir o curso.

Ao perceber a necessidade de retomar os estudos e encontrar uma forma de contribuir com os saberes que adquiri ao longo desta experiência, o que me veio em mente foi a questão da EJA. Mas ela não veio por acaso, uma vez que está ligada com minha história e com minhas opções de vida.

Penso na EJA por vários fatores, mas o primeiro vem bem de perto, de dentro da minha casa. Lembro que minha mãe estudou apenas até a antiga 4ª série, atual 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e essa situação ocorreu não por não querer estudar mais, mas porque aquela era a escolaridade máxima oferecida em sua região¹. Infelizmente o *espaçotempo*² de muitos brasileiros foi e é condicionante para determinar qual o grau de escolaridade mais elevado que se pode ter. Assim, minha mãe passou anos com este nível máximo de escolaridade e depois de adulta, com os filhos já na escola, teve a oportunidade de recomeçar seu caminho de aprendizado formal para concluir a educação básica³.

Sou a terceira filha de quatro irmãos. Única mulher, filha de pais separados. Sempre tive em minha mãe uma grande inspiração. Admiro o fato de ela ter lutado com dignidade para criar os seus filhos e por exigir que eles fossem corretos em suas atitudes, mas o que mais me intrigava é que ela tratava com muita seriedade os nossos estudos. Interessante, uma vez que ela não havia terminado, mas nós precisávamos terminar o que é considerado básico na educação. Muitos pais, pela situação econômica priorizariam o trabalho, em vista da necessidade de sobrevivência e digo isso como constatação de uma realidade brasileira e sem

¹ Ela é natural da cidade de Capelinha. É um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Localiza-se no Vale do Jequitinhonha.

² A expressão "espaçotempo" é frequentemente escrita junta porque descreve uma entidade física singular, conforme concebida na teoria da relatividade de Einstein. Na teoria da relatividade, o espaço e o tempo estão interligados para formar uma única entidade, chamada de "espaçotempo".

³ A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

juízos sobre a situação e os que a vivem, mas com ela era diferente. Meus irmãos mais velhos trabalhavam e os mais novos ajudavam com os afazeres da casa, mas estudar sempre foi prioridade. Segundo ela: “se quiser ser alguém na vida vai estudar”. Acredito que ver os filhos formados e independentes era o seu sonho. Todos realizamos este sonho? Não! Cada um de nós, com as ferramentas que tem, constrói o que pode ser construído. Nem todos em minha família concluíram o ensino básico, mas o que quero destacar é o estímulo que recebíamos para que estudássemos; estímulo este vindo de uma pessoa que não havia experimentado o prazer de concluir os estudos, até aquele momento.

Adulta e em busca da realização pessoal fiz a opção de seguir uma caminhada na Vida Religiosa e me uni a um grupo de pessoas através do que nós, católicos, chamamos de Instituto Religioso ou Congregação. Tornei-me religiosa aos 24 anos e desde então trabalho em serviços ligados à área da educação, seja na catequese da paróquia, ensino religioso nas escolas, coordenação ou gestão pedagógica.

Toda essa experiência que tive a oportunidade de viver me fez entrar em contato com diferentes formas e modelos de educação, e, também, com diferentes sujeitos que buscavam a educação.

A origem do meu Instituto Religioso foi na Itália em 1870, no momento de unificação daquele país. Um grupo de 12 mulheres sobre a orientação de um padre diocesano se reuniram e começaram a viver em comunidade. Entre os seus primeiros trabalhos desenvolvidos estava o apoio às mulheres que se tornavam viúvas da guerra e às crianças órfãs. O trabalho era sempre o de evangelização, típico e próprio dos Institutos religiosos que surgiram naquela época, mas como evangelizar um povo que não era alfabetizado? Assim, deu-se início ao movimento de alfabetizar aquelas pessoas para depois ou paralelamente fazerem a catequese.

Este é um traço do nosso carisma que me fascina: propiciar ao outro a oportunidade de sair das trevas que o analfabetismo leva. Ajudar o outro a ler e escrever sua própria história. Poder ler o mundo com os próprios olhos.

Compreendo que quando conseguimos ler e escrever nos tornamos cidadãos mais autônomos e independentes. Lembro da alegria de pessoas próximas quando aprenderam a assinar o próprio nome.

Portanto, quando penso em pesquisar a EJA, penso em quanto as Instituições Religiosas e Associações Cívicas têm experiência e podem contribuir

significativamente para o desenvolvimento desta modalidade de ensino. Cabe ressaltar que existem nestas Instituições uma preocupação com o social e com a promoção humana, pois faz parte dos carismas fundacionais o cuidado com o próximo e a promoção de seu desenvolvimento. Em sua maioria, as Instituições Religiosas possuem estruturas físicas amplas, muitas vezes ociosas em parte do tempo. Esses espaços refletem o contexto histórico de sua construção, caracterizado por prédios grandes e com diversos ambientes que atualmente se encontram com poucas utilizações.

A atuação da igreja católica e suas instituições na educação estão na nossa história desde a colonização e isso é um fato, pois, ao longo dos anos e séculos, foi forte a atuação da igreja. Não quero com essa afirmação ignorar que tenha sido um período com fatos positivos e negativos. Seria um erro histórico. Todavia, a pesquisa se deteve a buscar nas questões positivas desta presença, argumentos para compreender a presença ou a ausência destas Instituições na modalidade EJA, hoje. E foi por estar dentro deste espaço que ganharam forças as minhas inquietações.

Assim, a pesquisa que tem por tema “A educação de jovens e adultos, nos espaços das organizações religiosas e associações civis”, reside no seguinte questionamento: Quais seriam as possibilidades e potenciais benefícios da participação de instituições escolares religiosas na modalidade da EJA?

A implementação da modalidade EJA em espaços de organizações religiosas e associações civis levanta expectativas de inclusão, flexibilidade e integração de valores culturais e comunitários, fortalecendo o engajamento cívico e a colaboração. No entanto, surgem desafios relacionados à garantia de uma abordagem educacional inclusiva e secular, que respeite a diversidade de crenças e valores, bem como à manutenção da qualidade do ensino e da avaliação da aprendizagem nesses contextos.

A pesquisa visa investigar a dinâmica da EJA nos ambientes proporcionados por organizações religiosas e associações civis, reconhecendo sua relevância na promoção no fortalecimento comunitário. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é analisar como esses espaços educacionais podem contribuir para o acesso, permanência e qualidade da modalidade.

Para este alcance tem-se os objetivos específicos: investigar o contexto legal e as políticas educacionais relacionadas à EJA, mediante as principais legislações,

diretrizes e documentos normativos que regem esse campo, a fim de compreender os desafios e as lacunas que impactam o acesso e a efetivação desse direito educacional; identificar a atuação das organizações religiosas e associações civis na promoção da EJA, explorando suas práticas educacionais, parcerias com instituições públicas e privadas, bem como seu impacto na comunidade; e desenvolver estratégias, através da apresentação de diretrizes normativas voltadas para a implementação da modalidade EJA, abordando conteúdos relevantes, metodologias de ensino, estratégias de gestão e boas práticas, com o objetivo de fornecer diretrizes normativas úteis para educadores, líderes comunitários e membros dessas organizações interessados em iniciar ou aprimorar programas de EJA.

Paulo Freire é um nome de grande respeito e profundo educador dentro do campo da EJA, muito antes dela se constituir como modalidade. Com sua atuação forte e constante, alcançou grande espaço e abrangência dentro da igreja e com o apoio a tantas iniciativas desenvolvidas pela mesma. No primeiro capítulo, após a contextualização histórica da EJA no Brasil, sem a pretensão de escrever todos os percursos que a modalidade percorreu, mas contextualizando o campo da pesquisa, veremos que em muitos percursos havia a presença de setores da Igreja católica.

Este primeiro capítulo apresenta, portanto, uma visão desta atuação e o quanto foi importante para a modalidade. A década de 60 viveu uma forte ligação entre o Estado e a Igreja Católica, a partir da educação de base e dos movimentos populares que tinham como foco a alfabetização de adultos. Na Igreja as influências de movimentos como a Teologia da Libertação favoreciam a expansão das lutas populares por mais direitos. Forte neste cenário foi a presença de Paulo Freire (2021) e a sua oposição a educação bancária⁴. O Movimento de Educação de Bases (MEB), ligado ao MEC e à igreja Católica foi outro ponto de profunda participação na educação para pessoas adultas. Mesmo durante o período da ditadura, embora tenha sido bastante enfraquecido pela conjuntura política da época.

Questões ligadas à legislação vigente da EJA serão debatidas para que não percamos no contexto atual os avanços que tivemos para a modalidade. Existe um contraponto neste item, pois falamos de um direito, assegurado na legislação e ao

⁴ Caracteriza-se pela concepção tradicional de ensino, na qual o professor é visto como detentor do conhecimento, enquanto os alunos são receptores passivos, tratados como "bancos" onde se depositam informações. Na prática, quer dizer que o aluno é como um cofre vazio em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até "enriquecer" o aluno.

mesmo tempo apontamos a sua negação prática. E isso precisa ser aprofundado e questionado, pois até quando criaremos leis que não serão praticadas devido à falta de políticas públicas de acompanhamento do desenvolvimento humano e social que ajuda a produzir grandes falhas na sociedade?

As Instituições religiosas e as formas como elas atuam na sociedade civil: organizações religiosas ou associações estão contextualizadas no segundo capítulo. Além da contextualização do que é cada uma e de como desenvolvem seus trabalhos percorrerei o caminho histórico que elas tiveram no campo da educação. E, de certa forma, sua ausência na atualidade.

A palavra do Sumo Pontífice⁵, Papa Francisco, como apelo para que as Instituições católicas se dediquem à educação e à formação da sociedade, mesmo sem nomear, diretamente, a modalidade da EJA permite colher em suas palavras, fortes indicações de que é possível e preciso a presença da Instituição nesta modalidade. O Pacto Educativo Global, convocado pelo Papa em 2019 e celebrado em todos os lugares, onde existem cristãos católicos foi um convite a repensar a presença da Igreja na educação e o papel da educação na sociedade. Destacamos este Pacto no capítulo e o colocamos com um dos apelos da Igreja. As Instituições Religiosas têm o compromisso de buscar o desenvolvimento intelectual e moral da pessoa e sua inserção na sociedade que esteja a serviço, para apoiar a construção de uma sociedade cada vez mais humana.

Oliveira e Haddad (2001) estão entre as fundamentações teóricas, suas considerações são importantes para refletir acerca do financiamento da Educação, por parte de instituições privadas, sobretudo por parte de grupos empresariais. A proliferação desses setores no atendimento educacional deve ser analisada com cuidado, pois existem os seus próprios interesses e a isenção do governo em suas responsabilidades.

Os caminhos metodológicos e análise dos dados coletados em campo são o tema do terceiro capítulo. A pesquisa apoia-se teórica e metodologicamente na técnica de Análise de Conteúdo, referenciada em Laurence Bardin (2016) e ancora-se na abordagem qualitativa descrita por Maria Cecília de Souza Minayo (2016). Os resultados dos instrumentos de pesquisa que foram aplicados em uma

⁵ O termo "Sumo Pontífice" é uma expressão que tem origem no latim "Summus Pontifex" e é utilizado para se referir ao líder máximo da Igreja Católica, o Papa. O título de Sumo Pontífice é atribuído ao Papa desde o século III e representa sua autoridade suprema sobre a Igreja. (Site IBRATH).

Instituição religiosa de Belo Horizonte foram colocados em quadros segundo a categorização temática produzida a partir da análise dos dados coletados.

Para a análise de categorias os dados foram cruzados com as informações obtidas nas rodas de conversa com os estudantes e a coordenação pedagógica e com os documentos da Instituição: regimento e dados da fundação e origem do Instituto. No cruzamento desses dados o embasamento, seus anseios e demandas foi ancorado, principalmente, em Arroyo (2021) e Freire (2021).

O quarto capítulo apresenta o produto educacional, seu desenvolvimento, objetivo e viabilidade. Esse é uma exigência do curso de Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica que ancora esta pesquisa, buscando atender as exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que faz a classificação do produto educacional (PE). A partir da pesquisa realizada, foi elaborado diretrizes normativas de orientações para as Instituições que desejam iniciar a modalidade na Instituição.

O projeto desenvolvido não tem a pretensão de ser um guia, mas sim um despertar para a possibilidade que talvez ainda não tenha sido discutida ou para se deparar com motivações para fazê-lo. Após a elaboração deste material, o mesmo foi avaliado pela equipe técnico pedagógica do Colégio, pertencente a uma Organização Religiosa em Belo Horizonte, em que foi desenvolvida a pesquisa.

A pesquisa desenvolveu-se dentro da perspectiva de apontar possibilidades outras para a oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Acredito que toda a estrutura das Instituições religiosas pode ser colocada à disposição do bem comum, pois seria o encontro de pessoas que buscam uma educação de qualidade e instituições que desde a sua origem se preocupam em ajudar a pensar modelos de espaçotempo para a formação de uma sociedade melhor.

A questão desta pesquisa não está na discussão do modelo educacional das Instituições religiosas, e sim na possibilidade de usufruir do conhecimento, espaço e experiência que tais Instituições, que podem enriquecer e fortalecer a oferta da educação dos jovens e adultos. Assim, abre-se espaço para uma abordagem mais ampla e inclusiva na promoção da educação ao longo da vida, alinhada com os princípios de igualdade, diversidade e participação cidadã.

EJA: SUJEITOS E QUESTÕES LEGAIS. UM DIREITO NEGADO

No Brasil a EJA é uma Modalidade da Educação Básica destinada às pessoas de 15 anos e mais e que não tiveram acesso e/ou não concluíram na idade prevista pela Legislação do país o Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano), sendo, nesse caso, para as pessoas com 18 anos e mais e recebe essa denominação a partir da Lei nº 9394/96. (BRASIL, 1996)

A Educação é um tema bastante atual e complexo no que diz respeito aos programas e projetos públicos de educação. Em alguns momentos, percebemos que os projetos acabam se reduzindo às áreas urbanas, aos grandes centros, às classes sociais que podem mais e, assim, corre-se o risco de a educação, direito de todos, não contemplar a todos os cidadãos.

A luta pela existência da escola pública no Brasil e o seu acesso foi marcada por lutas pelo direito a uma educação pública que fosse oferecida e mantida pelo Estado e para todos. Chegamos ao momento histórico em que a educação é um direito e a escola é obrigatória, mas o sistema educacional e as estruturas continuam a não dar conta de todos os cidadãos e perpetuamos a nossa dívida histórica da não garantia do direito. Algumas questões históricas e estruturais podem nos dar pistas sobre o cenário que vivenciamos.

Breve relato histórico da EJA educação de adultos no Brasil

A educação nos primeiros anos da história do Brasil foi vista como privilégio de pessoas brancas, do sexo masculino e dos religiosos. Foi assim no Brasil colônia e se perpetuou por alguns anos, pois ao sistema escravocrata bastava a manutenção; sendo assim os filhos das elites recebiam a instrução e os indígenas, a catequização. A esse modelo de sociedade, o domínio das técnicas da leitura e escrita não era necessário, pois se baseava, principalmente, na exportação da matéria-prima.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808), iniciou-se um novo olhar para a educação, até então desenvolvida no Brasil; estamos no período do Brasil Imperial, compreendendo os dois tempos de Império que tivemos de 1822 a 1889. Naquele momento era necessária a organização do sistema de ensino para

a aristocracia portuguesa, a fim de preparar aqueles que ocupariam as funções burocráticas.

É desse período a primeira constituição brasileira, datada de 1824 que previa no artigo 179 nos incisos 32 e 33 o direito de todos os cidadãos à instrução primária e gratuita. Também do mesmo período Imperial o Decreto nº 3.029, no ano de 1881, conhecido como “Lei Saraiva”, criada no intuito de regularizar o processo eleitoral e que proibia o voto dos analfabetos. (BRASIL, 1824; BRASIL, 1881)

Com o fim do Império, coube à República pensar as questões voltadas para a educação da população. No intuito de atender às exigências sociais que surgiram nesse período, o governo criou o Plano Nacional de Educação (PNE). Este previa o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos, previsto como direito e estabelecido pela Constituição de 1934, em seu Artigo 150, alínea (a) "ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos". (BRASIL, 1934)

Outro fato importante, para a Educação de Adultos, tem início no ano de 1940 com o surgimento do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), ligado ao setor privado que oferecia contribuições para as necessidades surgidas em vista da qualificação dos trabalhadores. Porém foi a partir da primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, que começamos a ver mais claramente o objetivo de alfabetização de jovens e adultos. A Campanha previa uma alfabetização que atingisse tanto a zona urbana e rural em um período de três meses. É neste período, também, que acontece o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Lourenço Filho classificou a campanha como o combate ao marginalismo:

Devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral. (PAIVA, 1987, p. 179 apud COSTA, 2009, p.67).

Na década de 50 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), dando início a uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Neste período já se percebia que as ações simplesmente alfabetizadoras não eram suficientes. O foco passava a serem as crianças e jovens,

pois a eles a educação poderia trazer alteração em suas condições de vida. Essas e outras campanhas foram extintas em 1963. (FELICIANO; FERREIRA, 2018)

O segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos aconteceu em 1958; o objetivo era avaliar as ações realizadas na área e propor soluções. O Relatório do II Congresso Nacional de Educação de Adultos fez as seguintes recomendações:

- 1º recomendamos aos governos federais, estaduais e municipais que reservem maiores verbos para educação de adultos;
- 2º recomendamos aos poderes públicos em geral e as entidades particulares seja fomentada a criação não só de classes de emergência do ensino primário supletivo, mas, também, centros de iniciação profissional, ou aperfeiçoamento técnico de que a população adulta sinta necessidade como um dos instrumentos de recuperação da comunidade;
- 3º recomendamos a todos os participantes do segundo congresso nacional de educação de adultos e organizações particulares que incentivem a criação de associações e sociedade de amigos do bairro nas cidades e de amigos do distrito na zona rural visando a organização de novos cursos de educação de adultos que poderão ser pelas por elas mantidos
- 4º recomendamos a extensão progressiva da campanha de merenda escolar às classes de educação de adultos como incentivo à frequência e subsídio a alimentação do aluno quinto;
- 5º recomendamos que as campanhas de alfabetização atualmente existentes no país se ampliem e se transformem em campanhas de educação de adultos. (CREMEJA /EDUCAÇÃO, 1958, p.17.)

A década de 60, no campo da educação de adultos, viveu uma forte ligação entre o Estado e a Igreja Católica. O olhar era voltado para a educação de base e os movimentos populares, que tinham como foco a alfabetização de adultos, ganharam espaço. Na Igreja as influências de movimentos como a Teologia da Libertação favoreciam a expansão das lutas populares por mais direitos.

É forte no cenário da Educação a presença de Paulo Freire e a sua oposição à Educação bancária, o ato de depositar conhecimento em um aluno, como se ele fosse um mero receptáculo. Defendia, assim, uma abordagem mais participativa e libertadora, na qual os educandos não fossem apenas receptores passivos de conhecimento, mas sim agentes ativos de sua própria aprendizagem e transformação social. Sua pedagogia centrava-se no diálogo, na conscientização e na prática da cidadania crítica. (BRIGHENTE; MESQUITA, 2016)

No entanto, apesar da influência e do legado de Paulo Freire na educação de adultos, a relação entre as instituições escolares religiosas e a educação de adultos ainda permanece distante e muitas vezes desarticulada. A despeito dos ideais freireanos de emancipação e justiça social, parece haver obstáculos que impedem uma maior integração das instituições religiosas nesse campo educacional.

Destaca-se, também, que o grande projeto que marcou esse tempo foi, como já citado o MEB que, como estava ligado ao MEC e à igreja Católica permaneceu mesmo durante o período da ditadura, porém foi enfraquecido pela conjuntura política da época. O golpe militar, em 1964, reprimiu todos os movimentos de alfabetização que buscavam o fortalecimento da cultura popular. Nesse momento era conveniente aos que dominavam a política nacional uma população obediente e pouco questionadora.

No período da ditadura tiveram forças as ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBRAL, projeto para acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. A proposta educacional baseava-se nos interesses políticos da época. Uma das marcas do projeto era a profissionalização, uma vez que o projeto se estendeu aos níveis fundamental e médio. Com esse modelo de oferta, criaram-se alguns mitos com relação à superação das desigualdades. (HADDAD; DI PIERRO, 2000)

Ao tratar desse período Haddad e Di Pierro disseram:

Ampliaram-se também as possibilidades de acesso à formação profissional. Desta forma, a educação de adultos passou a compor o mito da sociedade democrática brasileira em um regime de exceção. Esse mito foi traduzido em uma linguagem na qual a oferta dos serviços educacionais para os jovens e adultos das camadas populares era a nova chance individual de ascensão social, em uma época de “milagre econômico”. O sistema educacional se encarregaria de corrigir as desigualdades produzidas pelo modo de produção. Desse modo o Estado cumpria sua função de assegurar a coesão das classes sociais. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 118).

Marcada por projetos e campanhas, a educação de adultos viveu um marco importante com surgimento da Lei nº. 5.692/71. Tratava-se da implantação do ensino supletivo. Delineando cinco artigos que explicavam suas metas e propósitos, pois abordavam questões como a expansão do acesso à educação, a redução do analfabetismo, a oferta de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e o reconhecimento da diversidade de ritmos e necessidades educacionais dos alunos adultos. (BRASIL, 1971)

Apesar dos esforços legislativos e das iniciativas implementadas, a participação das instituições escolares religiosas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) permaneceu relativamente limitada, mesmo em um período de fervoroso engajamento político e social na promoção da educação popular. Apesar dos ideais compartilhados por figuras como Paulo Freire e os princípios subjacentes à

Teologia da Libertação, parece haver barreiras ou resistências específicas que impedem uma maior colaboração entre essas instituições e o movimento da EJA.

O fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização trouxeram novas perspectivas para o cenário da Educação, sobretudo da educação para adultos. O MOBRAL foi extinto em 1985 e foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR). Novas discussões surgiram em torno da escola pública, gratuita e para todos. (CREMEJA, 2018). Ao longo dos anos, programas e projetos de maior ou menor relevância surgiram, porém, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o direito ao ensino básico e gratuito do jovem e do adulto trabalhador foi oficializado.

O governo Collor, nos anos 90, extinguiu a Fundação EDUCAR e a responsabilidade das atividades da educação para adultos foi transferida da União para os Estados e Municípios. Anos mais tarde, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96, que alterou o nome desta modalidade de ensino para Educação de Jovens e Adultos – EJA, como chamamos hoje, e a inseriu dentro da Educação Básica. Outra alteração significativa foi a diminuição da idade mínima para ingresso na modalidade de 18 para 15 anos para o ensino fundamental e de 21 para 18 anos para o Ensino Médio. (BUENO, 2020)

O parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 11/2000 é considerado um marco histórico na história da EJA. Ele descreve as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e enfatiza as suas funções: reparadora, em busca da restituição do direito que foi negado; equalizadora, de modo a garantir a igualdade de oportunidades, oferecendo aos sujeitos novas possibilidades no mundo do trabalho e na vida social; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida que possibilite a ação transformadora da realidade. (BRASIL, 2000)

Em janeiro de 2003, o Ministério da Educação – MEC – anunciou que seria prioridade do novo governo federal, no mandato do presidente Lula, a alfabetização. Foi neste momento que surgiu a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. Para cumprir a meta de erradicar o analfabetismo em 4 anos, foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); este previa a contribuição do MEC com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para desenvolverem ações de alfabetização.

Com relação ao Ensino Médio, no ano de 2006, foi criado o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, com o objetivo de integrar a formação profissional na EJA. Em 13 de julho de 2016, por meio do Decreto nº 5.840, o programa foi ampliado e recebeu outra nomenclatura, Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Como breve esclarecimento tem-se que o primeiro Programa criado (2006), oferecia uma formação combinada de conhecimentos gerais e habilidades profissionais específicas, principalmente para jovens e adultos que desejam completar o ensino médio enquanto recebem uma formação profissional. Já o PROEJA, criado em 2016, é direcionado especificamente a pessoas que não concluíram o ensino fundamental e médio na idade regular, oferecendo uma oportunidade para elas retomarem seus estudos adaptados às suas necessidades e ritmos de aprendizagem, muitas vezes com abordagens pedagógicas diferenciadas para atender às especificidades desse público.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) com as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O art. 2º ao citar as diretrizes do PNE coloca no inciso I - *superação do analfabetismo*. Percebemos que no cenário nacional foram e continuam sendo muitos os projetos e os programas que visam à erradicação do analfabetismo. Indo além das Leis, talvez seja a hora de concentrarmos forças, poder público e sociedade civil para que realmente o foco das ações sejam os sujeitos que continuam tendo seus direitos negados e não os interesses públicos ou privados que visam ao lucro pessoal e aos falsos números nos relatórios internos e externos. (BRASIL, 2014)

A legislação da EJA, hoje.

Como vimos anteriormente, a história da Educação de Jovens e Adultos no país é uma luta antiga. Neste ponto teremos o foco voltado para a legislação nacional em termos de políticas públicas de EJA, sabendo que nas últimas décadas foram pensados programas e modelos de educação para o país, visando à diminuição da baixa ou da falta de escolaridade de parte da população, inclusive com propostas de erradicação do analfabetismo. Todas as alternativas propostas se

encontram com o fato de que é preciso fazer cumprir o direito constitucional dos cidadãos.

Embora a legislação não seja a única responsável pelo sucesso da alfabetização do público da EJA, é extremamente importante a sua existência, por ser a garantia legal em que o cidadão e a sociedade civil organizada podem se apoiar na luta pelos seus direitos.

Os espaços educativos formais, são os oficialmente responsáveis pelo processo educativo nacional, com propostas e regras definidos nacionalmente. Todavia não são os únicos espaços em que a educação acontece, pois temos as ações e espaços formais e informal. Dentro deste pensamento um projeto social em uma Igreja ou associação pode contribuir com a alfabetização. Para caracterizar os conceitos de formal e não formal, usaremos o que propõe Gohn (2006), que assim descreve o campo de atuação:

Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc. (GOHN, 2006, p..29)

Nosso foco de análise será voltado para quatro documentos que sustentam as bases do trabalho em EJA, hoje, no país. A LDB 9.394/1996, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a Resolução nº 01/2021 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), popularmente chamada de nova BNCC. Os três últimos são desdobramentos do primeiro e visam, de maneira prática, direcionar as ações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou Lei nº 9.394/1996 que define e regulariza a organização da educação brasileira foi aprovada pelo Congresso no ano de 1996, seu relator foi o senador Darcy Ribeiro. A aprovação ocorreu dentro de um cenário conturbado pelas estratégias políticas do momento. Alguns educadores não se identificavam com o texto final, pois alegavam que o mesmo não considerou as discussões dos oito anos de tramitação da matéria. Todavia, acordos foram necessários para que o texto final pudesse ser aprovado. (BRASIL, 1996).

Analisando este contexto, Iria Brzezinski (2010) diz:

Com efeito, as estratégias regimentais favoreceram a aprovação do Substitutivo Darcy Ribeiro pelo plenário do Senado Federal. De imediato foi encaminhado à Câmara dos Deputados, como projeto único e depois sancionado pelo presidente da República em 20/12/1996. Fernando Henrique Cardoso, então presidente, em cadeia radiofônica nacional no programa A voz do Brasil, lançou a ideia de a lei n.º 9.394 ser cognominada LDB 'Darcy Ribeiro'. Entre os educadores não teve ressonância alguma, esse ato de FHC, porque decepcionados com os encaminhamentos dados pelo senador Darcy Ribeiro, que investiu por várias vezes contra as políticas educacionais autoritárias da ditadura militar, mostrando-se defensor da democracia e da educação pública, revela-se, neste episódio, inimigo dos educadores brasileiros, pois se rendeu às artimanhas regimentais provocadas pelo Executivo no âmbito do Legislativo. (BRZEZINSKI. 2010, p. 193)

A seção dedicada à educação básica de jovens e adultos resultou curta e pouco inovadora, mas de forma oficial reconhece a importância da modalidade EJA quando afirma que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (LDB, 1996, art.37) e reafirmam o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico. Essa lei sofreu alteração por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que acrescentou pontos num terceiro parágrafo, no artigo 37, sobre a educação profissional § 3º “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.” (BRASIL. Lei nº 11.741).

Para Haddad (2009), direitos à escolarização de jovens e adultos, conquistados na elaboração da Constituição Federal de 1988, não receberam adequada amplitude na LDB de 1996, o que pode ser verificado com a exclusão da modalidade EJA do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Podem ser considerados como avanços a afirmação do direito ao acesso à educação de toda a população e que a mesma deverá ser gratuita e de qualidade. No que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, o ponto positivo foi que sinaliza ser dever da União, do Estado e dos Municípios.

No país houve um momento de intensa mobilização em torno da discussão do sentido da EJA, como modalidade da educação básica (conforme prevê a LDB). Como consequência das demandas originadas, o Conselho Nacional da Educação (CNE) realizou debates e audiências públicas e obtiveram como resultado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Uma das demandas respondidas no documento era a definição do que se entende por educação e a sua importância na vida dos cidadãos

para que o país assuma o dever de pensar na obrigatoriedade de sanar a dívida social com os seus membros.

... a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (BRASIL, 2000, p. 5).

Ao analisarem os 20 anos deste Parecer, Silva, Souza e Barbosa (2021) afirmam que “as considerações postas no Parecer têm induzido à implementação de políticas públicas e mudança nas concepções em relação à EJA, além de legitimar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a modalidade, dentre outras questões”. Entre os vários aspectos, destaca-se o fato de que o parecer define três funções para a EJA, conforme falamos anteriormente: reparadora, equalizadora e qualificadora. Tal fato demonstra uma certa lucidez e busca de novos horizontes, pois cria-se a possibilidade de afastamento de modelos que se desenvolveram e que viam a EJA com tantos outros olhos: correção de fluxo escolar, suplência, certificação mínima, entre outros.

Sem deixar de sublinhar a importância da leitura e da escrita, pois reconhece que “o acesso a estes bens representa um meio e instrumento de poder”, (BRASIL, 2000), o Parecer eleva as necessidades da modalidade para outras questões bastante pertinentes. Em um dos momentos que é citada, a função reparadora assume a negligência em políticas públicas e oferta de serviços educacionais em que se proporciona aos sujeitos a vivência plena da cidadania.

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL, 2000, p.5)

É visível a preocupação com a restauração dos direitos e a estreita relação deste com a cidadania. A educação não pode ser tratada como privilégio de alguns, mas como direito de todos. “A educação escolar, ainda que imprescindível, participa dos sistemas sociais, mas ela não é o todo destes sistemas. Daí que a busca de uma sociedade menos desigual e mais justa continue a ser um alvo a ser atingido em países como o Brasil.” (BRASIL, 2000).

O sentido de equalizadora vem com o entendimento de justiça social, a obrigação do estado em garantir o acesso à educação de igual qualidade para aqueles que não a tiveram. O direito a educação não prescreve com a idade, portanto prover educação de qualidade aos que não a receberam, na idade prevista deve ser uma prioridade, pois para com estes cidadãos se está em dívida e “deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação” (BRASIL 2000).

A EJA carece de políticas públicas que deem respostas aos cidadãos que não foram respeitados em seus direitos. Enquanto tivermos um modelo educacional que não enxerga o aluno no seu contexto histórico e afetivo, um sistema político que não consegue dar ao cidadão as claras motivações de como a educação pode transformar a sua vida de cidadão, continuaremos a ter a necessidade de uma modalidade de ensino que se preocupa em resgatar. Sim, a EJA tem a grande função de resgatar: tempos, valores, importância, dignidade, cidadania e direito.

A Educação deveria possibilitar um espaço democrático do saber e ajudar a superar as desigualdades. Ainda, segundo o Parecer nº 11/2000, a EJA teria como tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida essa seria a sua função permanente para que seja qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. (BRASIL/CNE/CEB nº 11/2000)

A Educação de Jovens e Adultos não deve ser vista como reposição de conteúdo, onde o foco é unicamente a reposição de conteúdos didáticos previstos em lei para que aquele cidadão cumpra uma etapa, mais do que isso o sujeito precisa ser contemplado na sua totalidade de vida, pois as experiências vivenciadas devem fazer parte do seu ciclo escolar. Do contrário corre-se o risco de um tempo perdido. O currículo e as práticas pedagógicas devem ser repensados de acordo com o público, pois as demandas são diversas. Temos os idosos que procuram espaços para socialização e conhecimentos básicos, passa pelo adulto que quer adquirir conhecimentos que o favoreçam no mercado de trabalho e pode ainda encontrar o jovem que se evadiu da escola regular por dificuldades de aprendizagem; entre esses exemplos existem tantos outros que compõem o público da EJA e por isso enfatizamos que é necessário um currículo que pense a diversidade, que existe na modalidade.

Outro documento importante no campo das ações da EJA é a Resolução CNE/CEB de 28 de maio de 2021, referencial para implementação das diretrizes operacionais de EJA nos Estados, Municípios e Distrito Federal, traz, ainda, indicações para a Educação de Jovens e Adultos a Distância.

- I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA);
- III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso;
- IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA;
- V – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD);
- VI – à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e
- VII – à flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes. (BRASIL, CNE/CEB, 2021)

Trata-se de uma normativa bem específica e estabelece os critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros para a organização da modalidade de EJA. Busca alinhar-se com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fornecendo indicações sobre como os itinerários educativos podem ser desenvolvidos dentro dessa modalidade. No entanto, essa tentativa de alinhamento é consideravelmente deficitária, uma vez que a BNCC não incluiu explicitamente diretrizes para a EJA em suas orientações gerais.

Em seu artigo 33, a Resolução CNE/CEB/2021 faz-se referência à participação de Instituições privadas como importantes na ajuda às necessidades desta demanda social. “As instituições escolares do ensino privado poderão ser importantes ofertantes da EJA em todo o país, no exercício de autonomia de seu PPP, como modalidade que promove o resgate do tempo e das oportunidades educacionais não assegurados na idade certa”. (BRASIL, 2021, p.9)

A continuidade das ações e pesquisas sobre a EJA, poderá ser um caminho que nos aponte horizontes mais seguros em busca de resultados mais sólidos, capazes de ajudar a encontrar saídas para a situação que vem sendo debatida há anos, como garantir o direito dos cidadãos à educação, independentemente da idade. Portanto, as políticas públicas existentes precisam ser vistas, com mais profundidade, pois partindo da eficácia, nota-se que continuamos enviando sujeitos para esta modalidade e continuam a existir jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica.

O desafio é aumentar a visibilidade dessa discussão, destacando a importância de medidas eficazes que assegurem o acesso e a conclusão da educação básica para todos, promovendo, assim a inclusão e a igualdade

educacional. Além das políticas públicas, é essencial explorar oportunidades de colaboração com as instituições privadas e religiosas nessa parceria educacional, reconhecendo o potencial delas para ampliar o acesso à educação, o que pode contribuir significativamente para atender às demandas da EJA, oferecendo diferentes abordagens pedagógicas e recursos adicionais para alcançar e envolver esses adultos que ainda não concluíram a educação básica.

Quem são os sujeitos da EJA, hoje

De acordo com a legislação nacional, é sujeito da Educação de Jovens e Adultos a população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes de concluir a Educação Básica. Atualmente o perfil da EJA é heterogêneo, poderíamos até dizer que foi sempre assim, mas legalmente algumas questões favoreceram o cenário atual, inclusive a LDB que diminuiu para 15 anos a idade mínima para o acesso à modalidade. Segundo dados do site educa. IBGE em 2022, 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil. Mostra, ainda a distribuição regional da taxa de analfabetismo, onde 6,4% viviam no norte do Brasil, 11,7% na Região Nordeste, no Sudeste o menor índice com 2,9%, no Sul 3% e no Centro-Oeste, com 4,0%, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição da população em percentuais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Fonte: IBGE, 2021.

A sala de EJA, hoje, em linhas gerais, é composta por uma diversidade de perfis: jovens que não concluíram o Ensino Fundamental no tempo regular, adultos que buscam maior escolaridade devido às exigências do mundo do trabalho e idosos em busca dos processos de alfabetização. Além disso, há a presença significativa de migrantes estrangeiros que desejam aprimorar seu aprendizado da Língua Portuguesa. Nesse ambiente heterogêneo, a socialização se manifesta como um aspecto essencial, diante a várias faces. As interações entre os alunos não apenas promovem o compartilhamento de conhecimentos e experiências, mas também estimulam o desenvolvimento de habilidades sociais, a construção de redes de apoio e a valorização da diversidade cultural e linguística.

Ao caracterizar os sujeitos da EJA, hoje, Leite (2013), assim os descreve:

Na EJA encontram-se alunos trabalhadores que carregam histórias de uma escolarização marcada pelo abandono da escola, pela necessidade do trabalho, por não conseguirem conciliar escola e trabalho. Também encontram-se jovens com defasagem idade-série, que acumulam repetências, fracasso escolar, dificuldade de acompanhar o ritmo imposto para a aprendizagem na escola regular, os alunos com necessidades especiais, que após longo período na escola regular, são direcionados para a sala de EJA, os idosos que mesmo não buscando o diploma ou certificação do sistema, possuem o desejo de retornar à escola. São alunos que se consideram os únicos responsáveis pelo abandono da escola, pelo fracasso escolar (LEITE, 2013, p.295).

A diversidade da sala de aula nesta modalidade é um caráter que não pode ser desconsiderado se quisermos obter sucesso. São sujeitos com itinerários percorridos em noites e tempos de esperança e desesperança, espaços de procuras, de encontros e desencontros, com perspectivas, fracassos e possibilidades, sempre na espera de sucesso, e trabalhadores na luta por reconhecimento. Portanto, essa é a modalidade de ensino destinada a garantir os direitos educativos dessa numerosa parcela da sociedade.

Afirmando-se humanos sujeitos de processo de educação, de humanização, sujeitos de consciência, de saberes, de culturas, de leituras de si e do mundo, afirma que outro projeto de educação e de EJA é possível, e que este projeto está se afirmando na educação do campo, indígena, quilombola, nas cidades, exigindo outro paradigma epistemológico pedagógico de educação dos trabalhadores. Dos passageiros que nas cidades e nos campos vem do trabalho, das lutas por reconhecimento vem radicalidades político-pedagógicas para uma Matriz-paradigma, para outra concepção de Humano, para outra educação, outra EJA-Campo. Outra EJA-Cidades. (ARROYO, 2017, p.89)

Nesse cenário cabe destaque para as funções da EJA destacadas no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, pois, no momento atual, enfrentamos problemas de baixa, pouca ou nenhuma escolaridade de jovens que são empurrados para esta

modalidade. São jovens que estão se evadindo das salas de aula regulares. Leite (2013) fala sobre o quão necessário é acolher esta faixa etária, mas também o que há de complexo, em tamanha diversidade:

(...) a presença do jovem abre a discussão se o seu lugar em situação de defasagem idade/série é em salas da EJA ou no ensino regular. Por outro lado, é indiscutível a necessidade de oportunizar a esse jovem uma forma de atendimento que garanta não só o direito à educação, mas também o direito de ser respeitado dentro de suas necessidades, através de programas que atendam às suas características e que lhes garantam o seu pleno direito a escolarização (LEITE, 2013, p. 257).

Se por um lado temos este jovem necessitado do acolhimento para a devida escolarização, existe outra questão não menos importante e necessitada de análise - o espaço do adulto e dos idosos nesta modalidade. "Eles podem compartilhar a retomada e a continuidade dos estudos, mas suas expectativas e necessidades são diferentes" (LEITE, 2013, p. 294). O que vemos em alguns cenários, e inclusive nas legislações que regularizam a modalidade, é a possibilidade de que a educação para este grupo seja vista em um único espaço e tempo.

Segundo informações do instituto Unibanco, a EJA registrou queda acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, com redução de 8,3% em relação a 2019, o que corresponde a quase 270 mil estudantes a menos.

Além disso, o Censo (2020) indica que 1,5 milhão de estudantes entre 14 e 17 anos não frequentam mais a escola. O diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Carlos Eduardo Moreno, detalhou como o direito à educação corre mais riscos de ser violado à medida que os estudantes ficam mais velhos, "a partir dos 15 anos começamos um declínio na frequência, chegando até 78% na população de até 17 anos. Isso acende o alerta de que algum problema acontece na trajetória dos estudantes." (BRASIL/CENSO, 2020, p.18)

Dados apontam que ainda hoje a EJA é necessária para atender muitos jovens, ou seja, se nos anos iniciais do Brasil República tínhamos uma necessidade de proporcionar o ensino para a população geral, pois o acesso ainda não era generalizado, hoje, em um cenário político e cultural bastante diverso, pois estamos diante de uma república já consolidada e direitos totalmente garantidos na legislação, ainda temos alto quantitativo de pessoas jovens e adultas que não têm

este direito respeitado, portanto é necessário repensar, com urgência, estratégias e políticas públicas que possam vir ao encontro desta necessidade.

A educação básica, no Brasil, é um direito assegurado pela lei máxima do país. Na constituição de 1988 no artigo 205 lê-se:

Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2009, p.216).

Entretanto, na prática, observa-se o descumprimento da lei. O direito constitucional de acesso à educação de tantos cidadãos que é violado acaba virando um ciclo perverso de exclusão que há anos se perpetua em nosso país sem que soluções definitivas sejam encontradas. Acompanha-se o crescimento e a perpetuação dos espaços de Educação de Jovens e Adultos, tal fato deveria nos levar ao questionamento se essa aceitação tranquila não configura uma aceitação do descumprimento da lei, da aprovação e legalização de que os direitos são violados e que, para solucioná-los, criamos medidas paliativas. Passamos da ausência do direito para o direito não efetivado.

A educação de Jovens e Adultos

Caminhos percorridos e sinais de esperança na busca de educação de qualidade e para todos, a questão aqui proposta é olhar que nem todos tiveram esse direito garantido. O todo que engloba a parcela da sociedade, que teve o seu direito negado, como vimos anteriormente é um quantitativo significativo.

A modalidade EJA, direito garantido e negado é o paradoxo que não conseguimos, ainda, resolver. Por isso a pesquisa optou por investigar como a modalidade se desenvolve nos espaços das organizações religiosas e associações civis por considerar o compromisso de tais entidades com a promoção dos Direitos Humanos.

Existe uma estreita relação no coletivo social que associa o acesso à escolarização com o direito à cidadania. O que gera e reforça o entendimento de não reconhecimento da cidadania por não escolarizados. Isso pode tirar o direito de se sentirem cidadãos. “A EJA é vista como última saída de emergência para corrigir seus percursos de que são culpados e prosseguir em percurso menos inumanos”,

Arroyo (2017, p. 98). A busca pela escolarização seria uma busca por dignidade, pelo direito de se sentirem cidadãos? Quais são os sonhos e expectativas que envolvem os sujeitos da EJA nas suas buscas, desafiadoras pelo direito de saber?

Se a nova experiência de volta à educação não consegue libertá-los das injustiças sociais que padecem, que ao menos os libertem das injustiças escolares de que são e foram vítimas. Eles garantam o direito a entender as injustiças sociais, raciais, cognitivas de que são vítimas para fortalecê-los em suas lutas por educação-libertação. (ARROYO, 2017, p.99)

A Educação como direito de todos e dever do Estado é bastante complexa no que diz respeito aos programas e projetos públicos de educação, bem como a compreensão da real universalização da palavra todos, como já dissemos anteriormente; enfim corre-se o risco de que o todo não contemple todos os sujeitos.

Assim, ainda continua a crença política e pedagógica de que, pela educação e pela escolarização superarão essa irracionalidade, incultura, e merecerão ser reconhecidos cidadãos. Predomina a crença: educação PARA a cidadania. A EJA como a última saída de emergência para os não cidadãos saírem da subcidadania. (ARROYO, 2017, p.129)

Ao longo da história, podemos acompanhar um crescente número de pessoas que continuam sendo deixadas à margem do processo de escolarização. É um contrassenso que se arrasta em nossa sociedade.

As campanhas nacionais, também tinham um importante papel social, enquanto instrumento político, pois o analfabetismo de jovens e adultos passa a ser considerado uma consequência da sociedade desigual e com poucas iniciativas do poder público. (HADDAD; PIERRO, 2000)

(...). À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. Finalmente foi lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 6)

Ao enfatizar a relevância da aprendizagem contínua para indivíduos de todas as idades e contextos, essas iniciativas contribuem para desafiar estigmas e preconceitos associados à EJA, promovendo uma cultura de inclusão e valorização do aprendizado em todas as etapas da vida. Portanto, ao investir em campanhas nacionais voltadas para a EJA, há não apenas um investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos, mas também construindo uma sociedade mais justa, igualitária e capacitada para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

É possível o fim da EJA?

Desta forma perpetua-se a necessidade de uma modalidade educacional que permita a todos a inserção no espaço do cenário da educação. Estamos perpetuando modelos, começamos no contexto histórico em que o sistema escravocrata já dizia que alguns não teriam direito, porém o fim da escravidão e o passar dos anos não diminuíram este pensamento. Se assim fosse não teríamos, nos tempos atuais, a necessidade de espaços para esta parcela da sociedade que continua não acessando a educação na faixa etária prevista pela lei. Sendo assim, ainda hoje, é necessário proporcionar ambientes, tempos e espaços que essas pessoas possam exercer os seus direitos. (FIGUEIREDO, 2022)

Gostaríamos de acreditar que a modalidade EJA terminará os seus serviços em um prazo específico, mas essa não tem sido as indicações a partir dos fatos que ocorrem, pois enquanto a sociedade não estiver organizada para acolher os seus membros e proporcionar a eles um desenvolvimento social, haverá a necessidade de atendimento a pessoas que deixam os estudos para suprir a sua sobrevivência.

A EJA se perpetua em muitos momentos por falta de estrutura básica social, pois a falta de desenvolvimento da sociedade de forma justa e igualitária leva muitos a trilharem outros caminhos que diferem do esperado pelos sujeitos em cada etapa da vida. Justiça social, organização do sistema público e garantia dos direitos legais poderiam ser os pilares para a construção de uma educação de qualidade e, quem sabe, para o fim da modalidade. (SAMPAIO; HIZIM, 2022)

É necessário não tirar dos espaços de debate as pautas do acesso e permanência dos sujeitos, porque falamos de direito constitucional. Não podemos aceitar que pessoas não vão à escola por não terem vagas ou escolas próximas de suas residências, mas, também, garantir que permaneçam, pois inúmeras adversidades de ordem social, econômica e condições humanas podem levar à evasão. (SAUL; SAUL, 2016)

Portanto políticas públicas que garantam o cumprimento e a eficácia destes dois pilares ajudariam no fim desta modalidade, mas por que precisamos pensar que deva haver um fim? É porque devemos pensar que a EJA surgiu em um contexto de compensar o que não havia sido feito. Como exposto anteriormente a sua origem se dá para sanar situações que existiam na sociedade, aristocrata e escravocrata. Surge como direito, porém fica nítido que com o passar dos anos o direito instituído

não foi respeitado e a consequência é a continuação e a perpetuação da modalidade, hoje não mais para dar conta dos que não tiveram acesso por não terem o direito assegurado em legislação, mas pelos que não têm acesso pelo descumprimento do direito constitucional e, ainda, por aqueles que ficam com a trajetória escolar pelo meio do caminho.

Seríamos nós capazes de chegarmos a um tempo em que a modalidade deixasse de existir, pelo fato que teríamos respeitado os direitos individuais de escolarização no período previsto na lei e não continuaríamos a empurrar para esta modalidade os que, por diversos motivos, não conseguem concluir os ciclos previstos. A EJA poderia existir como espaço para os adultos que querem retornar à escola em um processo de profissionalização e não como modalidade para garantir o direito da Educação Básica.

A escola continua dizendo hoje para os alunos qual o perfil de educando para o ensino regular e tantos outros são levados para a modalidade EJA, pois superam a faixa etária e não se encaixam no perfil da escola idealizada.

O problema social que leva muitos a interromperem seus estudos para ajudar no sustento familiar, são eles: pela gravidez na adolescência, pelas distâncias das escolas, pela falta de perspectiva, pelas dificuldades oriundas dos espaços onde vivem que podem levar aos submundos. Enfim são tantos os motivos, que hoje geram o afastamento dos sujeitos da escola.

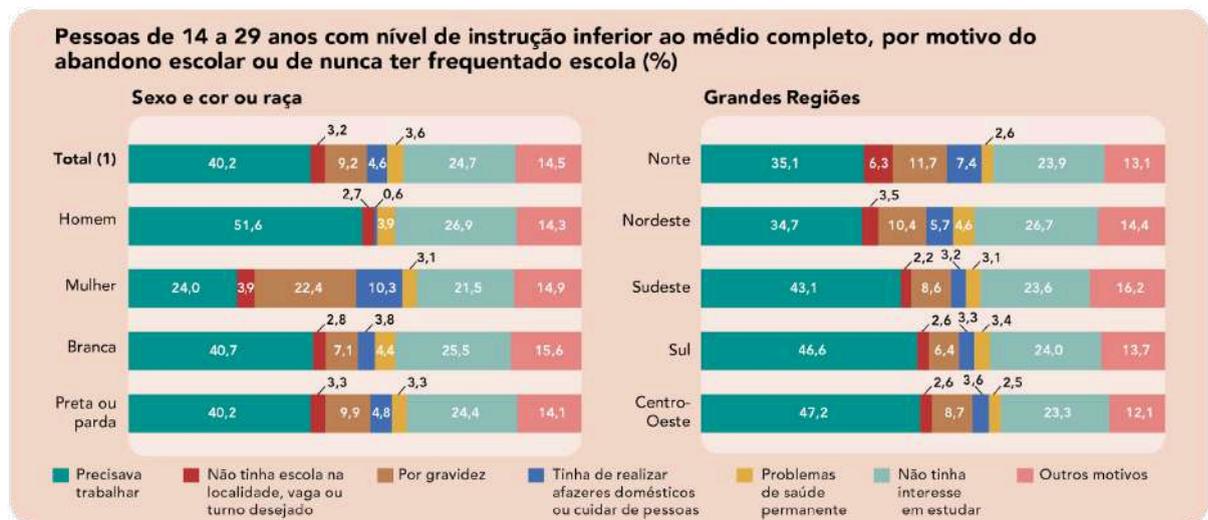
Uma escola que muitas vezes é fechada em um modelo histórico, marcado por tempos de aula e divisões de conteúdos que não conversam com as realidades vividas pelos alunos. A quantidade de adultos que não concluíram a educação básica pode ainda ser considerada alta. São necessárias ações conjuntas da sociedade para que as pessoas que interromperam e ainda interrompem seus círculos escolares possam vislumbrar possibilidades de recomeçar o seu caminho acadêmico. (FELICIANO; FERREIRA, 2018)

Conforme dados do Portal Educa do IBGE, em 2022: “Cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola”. (Gráfico 2). (BRASIL/IBGE, 2022, s/p).

Partindo da afirmação que a cultura do direito à educação ainda não tem bases sólidas em nossa sociedade, surge a necessidade de firmar-se na busca de novas estratégias para assegurar o direito. Alguns ainda pensam que a educação

não é para todos, teríamos os que a merecem, os que fazem por onde, os que nasceram para os estudos, mas sempre é um privilégio de alguns. Este triste cenário continua tendo espaços e serve para justificar a evasão, a falta de políticas e ações que visem minimizar o número de sujeitos que não concluem os ciclos básicos de educação. São históricos, também, os movimentos e esforços para desqualificar os que pensam a educação com a seriedade que ela possui.

Gráfico 2 – Porcentagem de Jovens com instrução inferior ao Ensino Médio



Como exemplo do exposto tem-se que mesmo após a implementação de políticas de educação pública no Brasil, houve resistência e desqualificação daqueles que defendiam uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Por exemplo, durante certos períodos da história brasileira, movimentos e grupos políticos tentaram desacreditar ideias progressistas e reformas educacionais que visavam democratizar o acesso à educação, argumentando que tais medidas eram desnecessárias ou prejudiciais para a sociedade.

Além disso, a falta de investimento adequado na educação pública, a má distribuição de recursos e a falta de políticas eficazes para combater a desigualdade educacional também contribuíram para perpetuar a ideia de que a educação de qualidade era um privilégio reservado a poucos, em vez de um direito fundamental para todos os cidadãos. Essas barreiras históricas continuam a influenciar o acesso à educação no Brasil até os dias de hoje.

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NOS SEUS VÁRIOS ASPECTOS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES.

Em uma sociedade democrática é comum surgirem modelos de organizações que atuam entre o governo e o cidadão. Nesse contexto, estamos falando das Organizações da Sociedade Civil as OSCs.⁶ De maneira geral, tais organizações servem para que, em conjunto, cidadãos com interesses afins possam se organizar e criar Instituições ou desenvolver estratégias para que seus interesses sejam ouvidos, sabendo-se que unidos somos mais fortes e a possibilidade de êxito é mais provável.

No Brasil, a sociedade tem algumas opções de se organizar legalmente; o modelo de organização que a pesquisa analisou está dentro do Terceiro Setor, organizações e instituições que atuam na sociedade de forma voluntária, sem fins lucrativos, que complementa os setores público e privado, constituindo uma esfera social que visa a promover o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade. (VESCO, 2020)

O Terceiro Setor se divide em três grandes estruturas que, depois, são desmembradas em outras. São elas: Entidade privada sem fins lucrativos, Sociedades cooperativas e Organizações religiosas. Segundo os interesses de cada um, pode-se escolher o grupo de pertencimento, embora não seja obrigatório, dentro do processo democrático, estar ligado a qualquer um destes grupos. A Lei nº 13.019⁷, de 31 de julho de 2014, também chamada de Marco Regulatório do Terceiro setor, é que regulamenta toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública e será ainda mais decisiva caso haja nestas entidades colaborações entre o setor público e o setor privado. (BRASIL, 2014)

A pesquisa se ateve em dois tipos de organizações, segundo os critérios do que se queria analisar. As organizações religiosas e as associações, que estão

⁶ O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - incorporou o uso da expressão "organizações da sociedade civil" desde 1995, reconhecendo a aceção particular que podem ter as "organizações não governamentais" na América Latina.

⁷ Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

dentro do grupo das entidades privadas sem fins lucrativos. Foi necessário aprofundar os dois grupos, pois destas instituições é que se pretende buscar uma oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Definições de associação civil

De acordo com o art. 44 do Código Civil, Lei 10.406 de 2002, as Associações Civis são pessoas jurídicas de direito privado e formadas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Não existe, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas. A Associação seguirá estatuto próprio e não podem ter qualquer distribuição de lucro ou resultados. Portanto, os recursos são aplicados integralmente e conforme os objetivos estatutários que devem visar ao bem social.

No Brasil é comum que os Institutos Religiosos (serão chamados de Institutos Religiosos todos aqueles que estão em conformidade com as Regras da Igreja Católica Apostólica Romana, segundo o Código do Direito Canônico⁸) formem Associações para desenvolverem sua atividade carismática de evangelização. Portanto, tais associações que têm como “proprietários” Institutos Religiosos, são mantenedoras de escolas ou espaços onde se desenvolvem ou podem ser desenvolvidas atividades para a EJA. As razões pelas quais tais Instituições se tornam Associações, uma vez que lhes é garantida a existência como grupo religioso pelo código civil, não foi motivo da pesquisa; o aprofundamento nestas Instituições deu-se pelo motivo de serem ligadas à Igreja Católica, portanto espera-se destas Associações a responsabilidade social e busca do bem comum, valores que são propostos pela Instituição Igreja Católica.

O fortalecimento das associações civis

A Fundação Carlos Chagas, publicou um artigo de Oliveira e Haddad (2005), que aponta para o fortalecimento das Associações Civis, entre outras entidades, na década de 80. Segundo o referido artigo, o período que foi chamado de “década perdida” viu o aumento da pobreza e o abandono da sociedade, sobretudo das

⁸ Direito canônico é o conjunto de leis que rege a estrutura institucional da Igreja Católica Apostólica Romana. Ele regulamenta todos os segmentos da vida eclesial; sua organização, governo, ensino, culto, disciplina e práticas processuais.

classes mais pobres. Espaço propício para o aumento e o fortalecimento de movimentos da sociedade, uma vez que as bandeiras fortes destes são a defesa da justiça social e a promoção de causas de interesse geral.

A deterioração dos serviços públicos e o abandono à própria sorte de contingentes crescentes da população levaram ao descrédito o governo, a classe política e um inoperante sistema judicial. O ambiente de crise institucional estimulava as iniciativas de auto-ajuda, solidariedade e soluções alternativas para carências que o Estado deixara de suprir. Ao mesmo tempo em que pipocam as associações comunitárias, no enfrentamento de problemas locais, fortalecem-se as entidades intermediárias que lhes oferecem assessoria e capacitação. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 69)

Quando o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender é comum encontrarmos nos movimentos sociais a busca das soluções. Seria a busca para fazer o estado cumprir o seu papel e não a sua desobrigação, desta forma justifica-se a subvenção do Estado nos gastos.

Atuação da sociedade civil na EJA

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre foi marcada por forte presença da Sociedade Civil, em especial por Instituições ligadas à Igreja Católica. Desde os primeiros movimentos de educação no país, a presença da Instituição foi fortemente marcada, seja no período colonial com a presença dos Jesuítas ou ao longo da história quando suas ações pastorais assumiram um forte papel no campo da EJA.

O regime militar que se estabeleceu no país no ano de 1964 fez com que surgisse uma forte mobilização social e envolveu alguns setores da sociedade. Discutia-se sobre o modelo de sociedade a se construir e as questões políticas elevaram as discussões a um outro patamar. Tais organizações assumiram a missão de ajudar a combater e a construir uma nova sociedade; lutas por direitos humanos e educação popular que haviam começado antes da ditadura precisavam ser sustentadas, para isso se fazia necessário manter os grupos vivos, discutindo seus interesses e suas necessidades, as causas da sociedade não poderiam ser esquecidas.

Nas décadas de 1960 e 1970, um conjunto de pequenas organizações – associações civis sem fins lucrativos, as organizações não-governamentais –, em parceria com as pastorais sociais da Igreja Católica, organizou-se para dedicar-se ao trabalho de educação popular com os setores mais pobres da população. O que se buscava com esses processos educativos,

principalmente com adultos, era ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha das suas condições de vida, discutindo suas causas e desenhando estratégias para uma atuação crítica na sociedade, sob forte influência do pensamento de Paulo Freire. Eram totalmente desligados dos sistemas públicos de ensino, que estavam controlados pela ditadura. (HADDAD, 2009, p.355)

A prática educativa vivida naquele contexto era um ato de organização e mobilização da sociedade. O trabalho praticado, por tais grupos, não tinha visibilidade pública e, por vezes, era desenvolvido em sigilo, dentro de um silêncio imposto pela censura e repressão do regime militar. Contudo, buscava-se uma reflexão dos problemas vividos e a forma como poderiam intervir sobre eles transformando-os, partindo sempre dos problemas identificados no grupo e no espaço social.

Neste período, os processos educativos oferecidos eram destinados aos sistemas públicos de ensino. Em razão do regime autoritário, os grupos se organizavam em torno de suas necessidades ou pastorais, pois, mesmo com todas as dificuldades, a Igreja Católica permaneceu com espaços abertos durante o período e alguns membros eram bastante comprometidos com as causas populares. As ideias do educador brasileiro Paulo Freire se disseminaram entre centenas de experiências de educação popular, denominadas na oportunidade como "movimentos de cultura popular". Essa pedagogia, em linhas gerais, defendia que os grupos sociais detinham um saber popular, oriundo de suas experiências e condições de vida, portanto o processo educativo deveria ocorrer entre os saberes que eles traziam e os saberes da educação e isso se dava pelo diálogo entre o educador e o educando. Estes movimentos, ao atuarem na EJA, demonstram não somente o cumprimento de um dever do Estado, mas se tornam balizadores de modelos a serem implantados, pois quando agem dentro da seriedade dos processos são capazes de cumprir o seu papel de transformação social e propor modelos alternativos.

Passo importante para a sociedade civil foi a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA⁹). A Conferência foi realizada em Hamburgo em 1997. Diferentemente das outras 5 edições teve uma participação significativa de diferentes parceiros, inclusive da sociedade civil. (BRASIL/MEC, 2018)

O poder público e o financiamento das associações

⁹ Conferências Internacionais de Educação de Adultos.

As associações podem, inclusive, requerer junto ao governo financiamento para desenvolver suas atividades. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), por exemplo, oferece no seu programa de políticas educacionais de Jovens e Adultos 5 modelos de programas:

Diante da enorme **diversidade** de estudantes da Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação (SME) entende que diversas, também, devem ser as formas de atendimento a esses estudantes da Rede Municipal de Educação. Para contemplar essa diversidade, a Secretaria Municipal de Educação oferece 5 formas de atendimento: EJA Regular; EJA Modular; CIEJA; CMCT e MOVA-SP. (SME-SP, 2020, s/p)

O MOVA-SP, Movimento de Alfabetização de São Paulo, prevê a participação da Sociedade Civil organizada. Este programa oferece a EJA nas Unidades Educacionais e Entidades conveniadas com a SME, como formas diversificadas de atendimento que possibilitam aos jovens e adultos a continuidade dos estudos e conclusão do Ensino Fundamental. (SME- SP, 2020)

A proposta é de que existam mais classes de alfabetização inicial, com o intuito de combater o analfabetismo. As salas do MOVA estão nos locais onde a demanda por alfabetização é grande; geralmente as aulas são dadas em associações comunitárias, igrejas, creches ou empresas (SME). Assim vem definido no site da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, ainda no site da secretaria de educação encontramos a informação que depois de alfabetizados, os alunos são orientados a dar continuidade aos estudos em escolas públicas de São Paulo. (SME-SP, 2022)

As Associações, no desenvolvimento de seus serviços não buscam acúmulo de bens e renda e nem devem desobrigar o governo no cumprimento de suas funções. Suas atribuições estão voltadas, no entanto, como mediadoras de uma demanda local junto ao poder público.

Desafios nas parcerias com as associações

Uma das questões que se deve ter atenção com relação às Associações é o risco de desvio de objetivos estatutários. Este desvio ocorre quando uma associação se afasta de suas metas originais definidas no estatuto. Isso pode ser causado por mudanças na liderança, pressões externas, falta de transparência ou má gestão de

recursos. Essa situação compromete a credibilidade e eficácia da associação, minando a confiança dos membros e parceiros. Assim, existe uma série de requisitos que o Governo Federal exige para certificar tais Associações, como garantir que o resultado não se torne lucro nas mãos de poucos e que os acordos entre elas e o governo não sirvam para desvios de verbas, porém existe sempre o risco de que as funções de uma Associação possam ser desvirtuadas pela ação de seus membros.

Conforme adverte Silva (2001) é necessário compreender o papel que as Associações buscam desenvolver, e assim questiona: “o terceiro setor da sociedade teria o objetivo de apaziguamento político diante do aumento das desigualdades sociais, sob a égide das políticas neoliberais ou se, realmente, busca integrar os excluídos na vida social e política?” (SILVA, 20001, p. 89). São questionamentos que não podem ser excluídos, uma vez que se busca, destas Associações, a promoção humana e não a perpetuação de um sistema que busca conformar os cidadãos aos interesses desumanos do mercado.

Oliveira e Haddad (2001) trazem considerações importantes para se refletir acerca deste financiamento na Educação, sobretudo por parte de grupos empresariais. Segundo eles, existe uma proliferação destes setores no atendimento educacional, são Institutos e Fundações de empresas privadas, muitas delas surgem com base nas isenções fiscais permitidas pela lei. Na sua maioria, elas mantêm a educação como uma das suas atividades principais.

A forte presença do capital no plano das ações sociais e da educação, em particular, demonstra duas faces contraditórias. De um lado, tal envolvimento aponta para um importante compromisso social de parte do capital, compromisso fundamental em sociedades como a brasileira, com elevada concentração de renda e considerável desnível social. Mas, ao mesmo tempo, aponta também para um crescente descomprometimento do setor público com a educação, correndo-se o risco de rompimento de um dos aspectos mais importantes na construção da democracia social brasileira (OLIVEIRA, HADDAD, 2001, p. 80)

Em suma, a questão do desvio de objetivos estatutários dentro das associações destaca a importância da vigilância e da responsabilidade na gestão dessas organizações. É essencial que tanto os membros quanto os líderes estejam atentos para garantir que os propósitos originais sejam mantidos e que as ações da associação permaneçam alinhadas com sua missão. Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer a complexidade das dinâmicas entre o setor público e privado na área social e educacional, buscando equilibrar o papel de ambos para promover uma

sociedade mais justa e democrática. Isso requer uma abordagem abrangente que leve em consideração não apenas os interesses individuais das partes envolvidas, mas também o bem-estar coletivo da comunidade.

Como são vistas as organizações religiosas no Brasil

A Organização Religiosa, por sua vez, como o nome já diz, são formadas por igrejas, seitas ou até comunidades leigas e também se dedicam a atividades ou projetos de interesse público. São organizações privadas. A pesquisa debruçou-se sobre a participação específica da Igreja Católica Apostólica Romana em sua colaboração e oferta de espaços para a modalidade EJA.

As Organizações Religiosas Católicas, presentes no território brasileiro foram incluídas e reconhecidas pela Lei nº 10.825, de 22/12/2003. Depois, foram reforçadas pelo acordo Brasil Santa Sé. No VADEMECUM deste acordo, lê-se no artigo 3º no parágrafo segundo:

A personalidade jurídica das Instituições eclesiais será reconhecida pela República Federativa do Brasil mediante a inscrição no respectivo registro do ato de criação, nos termos da legislação brasileira, vedado ao poder público negar-lhe reconhecimento ou registro do ato de criação, devendo também ser averbadas todas as alterações por que passar o ato. (VADEMECUM, 2014, p.12)

Desta forma, a Instituição reforça o seu direito de exercer suas atividades ligadas à manutenção e conservação da fé de seus fiéis, e podem estabelecer, em seus estatutos, que seus espaços físicos tenham a possibilidade de desenvolver ações com a sociedade que visem ajudar no pleno desenvolvimento da vida humana.

Este reconhecimento por si já bastaria para que as Instituições Católicas desenvolvessem suas atividades nos mais variados campos, porém alguns grupos atuam no seguimento da educação como Associação Civil e não Instituição Religiosa, os motivos podem variar em cada Instituição, mas é uma prática legal dentro das normas do país, pois prevê que os grupos podem se reunir e criar Associações de acordo com os seus interesses.

As instituições religiosas católicas e a EJA

A Igreja Católica esteve presente desde o início dos processos de escolarização no país, como já dissemos no item anterior, porém as décadas de 60 e 70 foram períodos de grande visibilidade para todos os movimentos ligados à sociedade civil, no campo da educação, sobretudo de jovens e adultos. Neste período, a luta por direitos individuais e coletivos ganhou apoio em alguns setores da Igreja que vivia, internamente, um período de discussão teológica, com movimentos como a Teologia da Libertação e posições conservadoras que não se opunham ou ao menos não se expressavam publicamente contra o direito em detrimento da privação da liberdade, frente à opressão imposta pela ditadura militar.

A presença da Igreja e suas Instituições de trabalho social e educativo vive momentos e tempos de avanços, estagnação ou retrocesso. Historicamente se observa momentos em que as Instituições se aproximam das elites e de seus interesses e, em outros, afasta-se destes para aproximar-se dos mais vulneráveis. As situações assim se repetem ao longo da história. Em alguns momentos que este lado social fez forte presença, percebe-se na história um avanço significativo em movimentos e ações que favoreceram diretamente os mais vulneráveis.

No Brasil a participação da Igreja por meio das Organizações Religiosas, Movimentos ou Associações que a representam é de longa data. Como exemplo, tem-se o MEB, criado pela Igreja Católica, por interferência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no início de 1961. No primeiro momento, o MEB tinha como objetivo principal desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas com recepção organizada, principalmente nas zonas rurais das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; hoje os objetivos já avançaram e, por intermédio de vários projetos, o MEB tem sido um braço forte da Igreja na busca de educação de qualidade para a EJA. A proposta o MEB busca acompanhar os jovens e adultos desde o processo de alfabetização e com uma metodologia que ajudará neste desenvolvimento crítico da realidade.

O processo de alfabetização de jovens e adultos pressupõe, como metodologia, a leitura pedagógica do “ver, julgar e agir” e a alfabetização é entendida como um processo de planejamento onde os objetivos a serem alcançados são previstos em todas as suas etapas: formação de pessoal, produção de material específico, acompanhamento, avaliação e verificação de resultados.

A concepção e pedagogia privilegiam não apenas o processo e a caminhada de indivíduos analfabetos considerados isoladamente, mas sua

inserção e promoção, na busca da autonomia pessoal e de suas comunidades. Os analfabetos aprendem não apenas a ler e a escrever, mas a pensar a sua própria vida e a agir como capazes de sair da sua injusta situação de excluídos. (...).

A educação popular assim entendida é uma verdadeira revolução nos conceitos e ação junto aos excluídos.

O processo da educação de base visa a formar homens e mulheres no que é essencial e mínimo indispensável para sua realização como pessoa e cidadão (ã). (...). (MEB, 2021).

O movimento de educação popular, mencionado nas diretrizes do MEB, tem lugar especial na EJA, pois é uma práxis educativa que valoriza os saberes dos educandos. Tem como inspirador e maior referencial teórico o educador Paulo Freire que em seus escritos, palestras e práticas buscou ressaltar a importância de uma educação que não fosse a bancária, mas que fosse a construção democrática e compartilhada do conhecimento. Sua origem se dá em movimentos sociais que surgiram, não só no Brasil, mas, também, na América Latina na segunda metade do século 20, em lutas similares contra governos autoritários. (FREIRE, 2021)

Nestes movimentos de educação popular era muito comum a presença de setores da igreja e das diversas Instituições, sobretudo paróquias que apoiavam e sediavam seus espaços para debates e salas de aulas para a alfabetização. Foi um período muito forte da presença da Igreja junto à população, sobretudo do Nordeste e norte, que se encontravam mais distantes geograficamente e isoladas das propostas que o governo oferecia em favor da EJA.

Nos dias atuais, o MEB continua contribuindo para que haja a promoção humana integral e a superação das desigualdades sociais com programas de educação popular para jovens e adultos. Na última nomeação dos bispos que assumiram o conselho deliberativo deste organismo da igreja, percebe-se que ainda hoje a atuação é mais forte nas regiões norte e nordeste, pois os respectivos bispos atuam em arquidioceses e dioceses daquela região.

Fávero (2006), que atuou de forma significativa neste movimento de educação popular, reconhece que um dos fatores que contribuíram para o bom êxito e expansão do projeto foi a presença de parte da igreja, à época comprometida com as questões humanas e sociais.

O próprio fato de ser um “movimento de igreja” – ou seja, dependente da hierarquia eclesiástica, a qual lhe deu cobertura irrestrita nos primeiros anos de atividades, penetrando nas comunidades rurais através dos párocos ou com seu apoio explícito, sobretudo nos primeiros anos; operando por meio

de emissoras católicas e dando sempre uma dimensão religiosa, implícita ou explícita, a suas emissões –, tudo isso tornava o MEB, como uma particular organização da Igreja, um privilegiado canal de difusão da ideologia. (FÁVERO, 2006, P.269)

Movimentos como este hoje revelam a missão da Igreja dentro da linha do Papa Francisco, pois, por intermédio de suas Associações Civis e/ou Organizações Religiosas, percebe-se o importante papel e alcance que a Igreja tem. A sua estrutura é chamada a desempenhar, do ponto de vista social, com suas experiências e espaços, um trabalho de relevância junto à modalidade da EJA.

Apelo educativo das instituições religiosas

O Papa Francisco, atual líder da Igreja Católica no mundo, tem trazido um novo olhar de igreja e um convite vem sendo denominado humanismo solidário. Em comemoração aos cinco anos da carta Encíclica *Laudato Si*¹⁰ e baseando-se no documento *Fraternidade Humana*¹¹, fruto de sua viagem apostólica aos Emirados Árabes Unidos, convida a todos a um modo de construir relações e convoca ao Pacto Educacional Global.

Espera-se das Instituições Religiosas o compromisso de buscar o desenvolvimento intelectual e moral da pessoa e sua inserção na sociedade que esteja a serviço, para apoiar a construção de uma sociedade cada vez mais humana e reconhecer a importância da educação na vida do ser humano. O progresso social da humanidade passa pela educação que é compreendida como um bem comum e um direito universal, a escola é lugar de educação, para a vida, para o desenvolvimento cultural e para formação profissional. Representa uma oportunidade para compreender o presente e imaginar o futuro da sociedade e da humanidade.

Em um olhar pragmático, apenas do ponto de vista econômico, investir no desenvolvimento humano e social das pessoas, ou seja, investir na EJA, pode não

¹⁰ *Laudato Si* é uma encíclica do Papa Francisco publicada em maio de 2015. Ela trata do cuidado com o meio ambiente e com todas as pessoas, bem como de questões mais amplas da relação entre Deus, os seres humanos e a Terra. O subtítulo da encíclica, “Sobre o Cuidado da Casa Comum”.

¹¹ O Documento da Fraternidade Humana para a Paz e Coexistência Mundial, também conhecido como Declaração de Abu Dhabi ou Acordo de Abu Dhabi, é uma declaração conjunta assinada pelo [Papa Francisco](#) da Igreja Católica e [Ahmed el-Tayed](#), Grande Imam de Al -Azhar, em 4 de fevereiro de 2019 em [Abu Dhabi](#), a capital dos [Emirados Árabes Unidos](#).

ser uma geração de lucro ou renda. É uma questão, para além do direito, de acreditar que o ser humano é capaz de se desenvolver e que tem potencial, independentemente da idade ou da condição social. É reconhecer que todos merecem uma oportunidade para desenvolver suas potencialidades. Esse deveria ser o olhar das Instituições Religiosas, dentro da lógica que convoca os atuais documentos da Igreja. “Educar é apostar e dar ao presente a esperança que rompe os determinismos e fatalismos através dos quais o egoísmo dos fortes, o conformismo dos fracos e a ideologia dos utópicos tentam se impor tantas vezes como o único caminho possível” (Papa Francisco).

Talvez este seja um dos motivos que leva ao desinteresse do setor privado em oferecer a modalidade, pois corre-se o risco de não obter lucro financeiro. A dívida social que temos com a EJA é histórica e precisa do apoio da sociedade para que se possa vislumbrar novos horizontes.

O pacto educativo global

O Papa, no ano de 2019, fez um convite aos membros da Igreja e de outras religiões a pensarem uma proposta para o mundo da educação, convocou o Pacto Educativo Global. No vídeo de convocação, ele dizia que “Toda geração deveria pensar em como transmitir seus saberes e seus valores à geração futura, pois é através da educação que o ser humano alcança o seu potencial máximo e se torna um ser consciente, livre e responsável.” (Papa Francisco. 2019).

Entre os documentos gerados pelo Pacto Educativo Global, destacamos o que foi produzido na América Latina e serve de apoio na busca do entendimento de toda a complexidade que foi o movimento, bem como busca auxiliar na aplicabilidade do mesmo no cotidiano das entidades, Instituições e membros da igreja. Deste dicionário, destacaremos três conceitos que servem para clarear as tendências que deveriam nortear os caminhos da Igreja na busca de uma participação na sociedade, reconhecendo o seu importante papel de agente transformador. O primeiro conceito é a Aliança Educativa. A denominação deste conceito diz:

É o compromisso assumido por estudantes, educadores/as, familiares, governos, igrejas e entidades da sociedade civil organizada que, ao modo de protagonistas, empenham “suas melhores energias” para concretizar com a atual e as futuras gerações uma educação que tenha como centro o desenvolvimento integral da pessoa e o cuidado com a Casa Comum,

visando à formação de homens e mulheres mais maduros e com responsabilidade na construção do bem comum, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna. (CONTRERAS; DE PAULA; CHESINI, 2021, p.30)

Entende-se pela narrativa descrita que não se chega a lugar algum sozinho. Ao propor uma aliança, o pacto busca envolver na corresponsabilidade todos os que fazem parte da aldeia¹², chamada universo. É um chamado à humanidade, mas seguramente uma chamada forte e direta àqueles que são membros da igreja e que, por sua adesão de fé, precisam comprometer-se com as opções da Igreja. E essa tem se mostrado muito claramente social e comprometida com a luta social.

O segundo conceito é a Centralidade da pessoa. O pontificado do Papa Francisco é marcado pela questão do cuidado do outro, com um apelo forte para que o ser humano seja recolocado no centro. Isso nos leva a questionar tantas opções econômicas de crescimento e de desenvolvimento que são feitos, mas não servem ao bem comum da sociedade. Neste sentido é necessário vivenciar a educação sob o olhar do encontro de diferentes culturas, gerações e seguimentos religiosos para a construção da solidariedade.

As reflexões do Pacto apontam para um processo de ressignificação do amor pela educação em seu diálogo contínuo na busca pela paz. Isto posto, a transformação da realidade em que vivemos só poderá ser alcançada com a união de todos os partícipes deste arcabouço formativo. E para que isso se torne uma realidade é preciso levar em conta o tripé: humano-vida-sociedade, onde a defesa da vida em todos os seus seguimentos, tendo o ser humano no centro na construção de uma sociedade justa e igualitária é o que fundamentará uma verdadeira educação libertadora. (CONTRERAS; DE PAULA; CHESINI, 2021, p.42)

O terceiro conceito a ser destacado é intitulado: Cidadania.

Para bem habitar a cidade é preciso bem distribuir o acesso às possibilidades da cidade, como se vê "(...) numa aldeia que educa é fácil encontrar a convergência para uma educação que saiba fazer-se portadora duma aliança entre todos" (Papa Francisco). A cidadania começa a se forjar no exercício de cativarmos as comunidades a reconhecerem seus desafios coletivos. No Brasil sempre foi algo frágil, considerando quase 400 anos de escravidão oficializada e, até hoje, uma estrutura racista. Até 1887, o negro não era gente. Até 1932, mulheres não votavam. Na ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, ser cidadão era ter carteira de trabalho assinada. Desenvolver práticas educativas atentas à cidadania está em reconhecer na história as profundas desigualdades que cindem nosso povo e geram profundas dores. (CONTRERAS; DE PAULA; CHESINI, 2021, p.44)

É necessário revisar e, em certos momentos, estabelecer parâmetros para compreender o momento em que a luta pela cidadania se encontra no país. O

¹² Do provérbio africano «para educar uma criança, é necessária uma aldeia inteira» Papa Francisco. Slogan que acompanhou o Pacto Educativo Global.

convite da Igreja, emergido das discussões do pacto, nos convida a refletir sobre os avanços históricos alcançados pela população e sobre os direitos constitucionais, conforme previstos na Constituição de 1988¹³, que reconhece no seu texto, a multiplicidade e diversidade da nação e seus sujeitos: negros, mulheres, indígenas, movimentos sociais, camponeses, operários, empresários. Todos possuem direitos e obrigações de participação para a construção de uma nova sociedade. Para viver a cidadania é necessário equidade e justiça, pois cidadania é um ato político em prol do bem comum. Aqui existe um convite claro aos Institutos e membros da Igreja a colocar-se ao lado do bem comum na defesa da cidadania e de seus valores inafiançáveis. Reanimar e em alguns lugares recuperar a posição junto ao povo nas lutas, na participação política, econômica e social. Direito à cidadania se conquista com um dos direitos fundamentais e básicos do ser humano, ler e escrever. Ler e escrever o mundo e suas histórias a partir de seus olhos e de suas mãos.

A preocupação com a educação perpassa diversas instâncias da Igreja, mas não significa que haja um consenso geral e adesão dentro deste processo. Alguns grupos conservadores defendem o papel de uma Igreja mais neutra e apolítica. Algumas Instituições defendem a educação comprometida apenas com o conhecimento intelectual que não gere compromisso com o social e com o bem comum. Visão que difere do pensamento central, mas trata-se de uma Instituição com 2000 anos de história e espalhada no mundo, portanto encontrar pessoas que não comungam e não dividem os pensamentos do sumo pontífice é bastante provável.

Sente-se falta nos documentos a sinalização para a problemática e falta da educação de jovens e adultos, como modalidade que busca espaço e reconhecimento, em escolas que acreditem na ideia e financiamento que seja público ou privado. A palavra jovem quando aparece nos documentos refere-se claramente ao jovem que tendo tido oportunidades encontra-se no desenvolvimento esperado de uma vida acadêmica. Porém não podemos deixar de sinalizar que os discursos do sumo pontífice apontam para o desenvolvimento integral do ser humano e de sua cidadania e, portanto, a EJA encontra espaço neste apelo.

¹³ A Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Após 21 anos de regime militar, a sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento. Foram criados mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

A sociedade organizada e o compromisso social

Vários movimentos de educação que começaram no país tiveram as organizações religiosas dando apoio, porém este apoio permanece secundário; é necessário encontrar meios para que as organizações assumam um papel mais direto com essa parcela da sociedade que permanece à margem e usar os recursos e as estruturas das organizações para contribuir na escolarização destes cidadãos. É um papel importante da Igreja porque ela sempre esteve ao lado dos marginalizados, dos fracos; ao não enxergar esta parcela da sociedade que permanece sem o acesso aos bens de desenvolvimento de consumo, as organizações deixam de contribuir para que estes cidadãos possam exercer sua cidadania em plenitude.

Algumas Instituições estão inseridas na sociedade por um tempo que pode ser considerado longo, mas talvez não tenham se questionado ou sido questionada sobre a importância de colaborar com esta modalidade de educação. É necessário a sensibilização dessas entidades para esse assunto que carece de esforços de todos os lados, a fim de que possamos eliminar de nossa história um capítulo que há tempos lutamos para reescrever: zerar o número de analfabetos de nossa sociedade.

Permitir que novos horizontes se abram para as pessoas na modalidade já seria um papel das Organizações Religiosas, pois essas Instituições trazem na sua base o compromisso de construção social. Possibilitar um olhar diferenciado no campo da educação, aos jovens e adultos que não concluíram a sua escolaridade e se encontram nessa modalidade, portanto necessitam que os espaços as enxerguem com suas particularidades e potencialidades. Foram vítimas de ações sociais, mas espera-se que a mesma sociedade possibilite novos trajetos.

Alguns Institutos, por força de seu carisma e sensíveis aos apelos da Igreja, desenvolvem em suas estruturas projetos de EJA. Segundo a Associação Nacional de Escolas Católicas (ANEC), no ano de 2023, das 1030 Instituições que são conveniadas como Instituições que atuam na Educação Básica somente 8 desenvolvem atividades voltadas para a modalidade EJA. Um número extremamente pequeno, comparado aos trabalhos realizados nas outras etapas da

educação. Uma dessas é o caso analisado na pesquisa e que vamos observar os dados de perto.

CAMINHOS DA PESQUISA: MATERIAIS E MÉTODOS

Na busca de obter os melhores resultados, vários conhecimentos foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa. No primeiro momento foi realizada a análise da parte histórica da EJA e o contexto no qual se inserem as Instituições Religiosas na legislação nacional. O embasamento teórico e o conhecimento prévio do terreno pesquisado foram essenciais para a compreensão da próxima etapa, que consistiria na aplicação prática do que, até então, era apenas teoria. Assim, tornou-se indispensável essa preparação prévia para garantir o sucesso e a eficácia da execução das atividades propostas, pois “uma pesquisa sem teoria corre o risco de ser uma simples opinião pessoal sobre a realidade observada” (MINAYO 2016).

O segundo passo foi analisar e observar a prática de uma Instituição que desenvolve a modalidade. Foram analisados os documentos que regem a Instituição, aplicados instrumentos de pesquisa para a equipe técnica pedagógica, os docentes e os discentes. O objetivo era a coleta de dados para a comparação das informações e percepções que cada grupo tem sobre o trabalho realizado na e pela Instituição, bem como a relevância para que o trabalho seja desenvolvido, e, por fim, visitas para conhecer a realidade. As observações foram realizadas em uma Instituição Religiosa na busca de entender a prática do desenvolvimento da modalidade.

A pesquisa apoia-se teórica e metodologicamente na técnica de análise de dados e conteúdo, referenciada em Laurence Bardin (2016) e ancora-se na abordagem qualitativa descrita por Maria Cecilia de Souza Minayo.

A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise do texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida o que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos (BAUER, 2002, p. 190).

Neste aspecto foi utilizada a abordagem de Minayo para não apenas quantificar, mas qualificar os depoimentos e as respostas dos instrumentos de

pesquisa por cada um dos participantes, embora a técnica de Bardin (2016) transite satisfatoriamente na perspectiva quantitativa/qualitativa.

Em consonância com os passos propostos por Bardin (2016) que organiza os procedimentos para a análise em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento do resultado, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p.125).

A pré-análise foi realizada para definir a escolha do material de análise, as entrevistas transcritas, as anotações da roda de conversas, as respostas dos instrumentos de pesquisas e a partir das leituras e observações foi possível se apropriar das histórias e perceber os pontos que emergiam do texto e que mereciam ser destacados. Foram elaborados dois instrumentos de pesquisa, um para os docentes e equipe pedagógica e outro para os discentes. Essas perguntas foram elaboradas de forma abrangente e têm como objetivo perceber a visão do discente de EJA sobre sua trajetória e as escolhas que fez para estar na Instituição atual. O Instrumento direcionado aos docentes e à equipe técnica buscava compreender o quanto a missão Institucional está clara para o grupo e qual a visão que cada um possui da EJA.

A fase de exploração do material é o momento de criação das categorias, a análise categorial consiste no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das unidades de registro do texto. A repetição de palavras é usada para criar os grupos de categorias e subcategorias do registro e a leitura comprometida do texto ajuda a identificação dos mesmos.

O tratamento dos resultados, inferências e interpretação é a última fase. Ajuda na análise a intuição do pesquisador para a apreciação reflexiva e crítica. Nessa fase “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode, então, propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2016, p.131). Os quadros que serão descritos a partir do item 3.2.1 são a representação deste exame. Antes, porém, olharemos a descrição de como a Instituição se apresenta e quais são os seus objetivos pedagógicos.

Contextualização Institucional

A pesquisa analisou uma Instituição religiosa que desenvolve trabalhos de Educação de Jovens e Adultos. A escolha desta Instituição foi aleatória e a disponibilidade da mesma em receber a pesquisa foi relevante e decisiva. Os critérios para a escolha é que teria que ser uma Instituição ligada a um Instituto ou a uma Associação da Igreja católica e desenvolver atividade de EJA em seus espaços.

A pesquisa foi realizada em instituição de ensino localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Essa instituição é uma entidade de direito privado, mantida pela Congregação de São João Batista. Escola regular, confessional, com cursos de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos).

A Congregação das Irmãs de São João Batista foi fundada na cidade de Angri, ao sul da Itália, aos 26 de setembro de 1878, por Padre Afonso Maria Fusco. Este sacerdote tinha um olhar especial para a educação das crianças, dos órfãos e das pessoas em situação de rua. Seu carinho e atenção por todos aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social foram determinantes no desenvolvimento e desempenho de sua missão apostólica. Conforme descreve a Ir Margherita, “Padre Afonso aspirava fazer da educação um instrumento de promoção e de formação para crianças e jovens. Em seu Projeto Pedagógico levou avante o trinômio: educação científica, educação cristã e educação profissional.”

A Congregação começou seu trabalho no Brasil em 06 de outubro de 1939 em Itapeverica, Minas Gerais, e há 73 anos desenvolvem as atividades educativas na instituição educacional em que realizamos a pesquisa. Há 10 anos a unidade implantou a modalidade EJA em sua grade curricular.

Desenvolvimento da modalidade

A EJA é oferecida no período noturno e para o Ensino Médio. No início da modalidade na Instituição era oferecido o Ensino Fundamental II e aos poucos foi abrindo o Médio que acabou se tornando o único segmento da Instituição na atualidade. Para o aluno ser matriculado, a Instituição impõe critérios como possuir a idade mínima prevista em lei, de 18 anos e preferencialmente ter baixa renda. A escola dispõe de uma profissional da área da Assistência Social, que faz a análise socioeconômica de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente, a

fim de que a bolsa de estudos atenda à assistência social e à filantropia¹⁴ da Instituição. Os alunos que não atendam ao segundo critério podem frequentar a Instituição, mas devem fazer o pagamento de mensalidade.

O regime é seriado e semestral, sendo assim um aluno pode concluir o seguimento em um ano e meio. As avaliações acontecem ao final de cada semestre. Existe uma procura maior por vagas, segundo a coordenação, no primeiro semestre. O público diminuiu consideravelmente após a pandemia de Covid-19. No último semestre de 2023, a Instituição teve 35 alunos matriculados. Antes da pandemia, este número chegou a ser de 120 em um semestre.

O quadro técnico e pedagógico é composto por Direção, coordenação e professores especializados, para atender às exigências legais. A portaria que aprovou a Instituição para a modalidade é a de n.º PORTARIA SEE n.º 345 DE 28/08/80 PORTARIA SEE n.º 152/76 DE 04/03/76. Para que os alunos possam frequentar a escola com um pouco mais de tranquilidade, a Instituição está mediando, junto aos órgãos competentes, o acesso ao bilhete estudantil para aqueles que não têm dificuldades em usar do seu orçamento pessoal para essa despesa. Os professores reutilizam materiais didáticos que a escola fornece, procurando adaptar os conteúdos. A generosidade e a parceria dos docentes são reconhecidas pelos alunos que em suas falas pessoais e nos questionários demonstraram que se sentem acolhidos na Instituição e destacaram o corpo docente como diferenciado.

Análise dos Instrumentos de pesquisa na perspectiva dos discentes

Conforme explicitado anteriormente, os alunos receberam um instrumento de pesquisa com 10 itens para serem respondidos livremente e este instrumento seria um elemento a mais na compreensão do modo como este grupo de discentes se percebe diante da Instituição, da possibilidade de retomar ou começar os seus

¹⁴A Lei [12.101/09](#) traz um artigo que menciona que o certificado de instituições beneficentes **assegura a isenção das contribuições previdenciárias** e as organizações assistenciais precisam comprovar que suas atividades são 100% gratuitas. (...). Para o ensino básico, deverão conceder 1 bolsa de estudo integral para cada 5 alunos pagantes ou 1 bolsa integral para cada 9 alunos pagantes, além de oferecer bolsas parciais de 50%, mantendo a equivalência de 2 bolsas de estudo parcial para cada 1 bolsa integral. Fonte: www.activesoft.com.br

estudos e diante da sociedade como um todo. Foram respondidos 23 questionários pelo grupo. A análise que faremos a seguir demonstra que em alguns momentos a minha expectativa, enquanto pesquisadora ficou a quem, pois algumas respostas acabaram sendo reduzidas de forma monossilábica, mas isso também é parte da pesquisa e por isso as conversas e observações de campo se completam.

...toda pesquisa tem como intencionalidade indagar algo a partir de uma problemática vivenciada no contexto social, tendo como objetivo responder à pergunta problema e as preocupações de elaborar novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que está sendo estudado. (SOUSA, SANTOS, 2020, P. 2).

Foi dado aos alunos o direito de se manterem anônimos, pois acreditei que assim se sentiriam mais livres para expressarem a sua opinião sobre a Instituição, uma vez que era importante considerar qual a importância tinha, para o grupo, estar estudando em uma Instituição religiosa, se é relevante para aqueles alunos estarem em um espaço religioso de educação.

Algumas questões, ao serem respondidas sem orientação prévia, tiveram duplo sentido e o entendimento dos discentes sobre o que estava sendo abordado divergiu do que, enquanto pesquisadora, eu esperava, o que demonstrou fragilidade no questionamento. O exemplo ficou claro, no momento em que refiz a mesma pergunta ao grupo em roda de conversa. Quando questionados se para eles fazia diferença estar em uma escola religiosa, eles se mostraram surpresos com a pergunta e responderam com outro questionamento: “Como assim? É uma escola normal como outra qualquer. E somos muito bem tratados aqui”. Outra aluna acrescentou. “É até muito bom, pois estamos em uma escola particular e não pagamos nada”.

Tais falas me levaram a compreender que para o grupo a pergunta tinha um sentido negativo. Era como se estar em um ambiente religioso estivesse sendo questionado como algo talvez pejorativo. Quando expliquei a eles que o que gostaria de saber é se fazia diferença estar em um ambiente em que as pessoas se propõem, além da educação de qualidade, a realizar outra missão que seria aquela motivada pela fé. Se isso fazia alguma diferença, eles emitiram outras respostas e uma exclamação: ” ahh! Entendi! ”.

Neste momento as respostas foram estendidas a aspectos positivos e negativos da experiência, tais como: A valorização e o comprometimento que o espaço tem com a educação deles. O respeito e a seriedade com que são tratados por todos, especialmente pelos professores e pela coordenadora. Entre os pontos negativos destacou-se o rigor no cumprimento do horário, pois eles não podem sair do ambiente da escola na hora do intervalo. A firmeza na disciplina da instituição ficou entre os que atribuem a essa exigência o bom resultado das relações e os que acreditavam que colégio de “freira” é rígido mesmo. Todas as respostas foram colocadas nos quadros de acordo com a análise de categoria.

Abandono x retorno

Nas diversas respostas obtidas no instrumento de pesquisa, 18 pessoas apontaram que estavam retornando aos estudos, pois começaram uma jornada e por diversos motivos tiveram que interrompê-la. Em relação ao abandono é importante ressaltar que segundo o dicionário da língua portuguesa é um substantivo masculino que significa, entre outras coisas, desleixo, negligência, ato ou efeito de largar, de sair sem a intenção de voltar. Por tantas histórias ouvidas e vivenciadas nas salas de EJA, parece-nos oportuno discriminar que a palavra aqui utilizada tem o sentido de ato ou efeito de largar, mesmo que involuntariamente, um caminho de estudos, pelas situações mais diversas que poderíamos discorrer sobre, mas não o faremos neste momento.

A palavra abandono talvez não seja a mais apropriada para o ponto que estamos refletindo, pois pode dar a conotação de que foi uma escolha em meio a outras possibilidades, quando o que se percebe nas salas de aulas e histórias destes sujeitos é que chegaram a este ponto pela falta de opção. As vivências e histórias pessoais de cada um levaram a maioria a aceitar que teria que parar, não é uma questão de opção, mas aceitação e conformidade com a realidade que os cerca para que possam assim sobreviver.

Alguns estudantes da EJA carregam em seus ombros o peso da responsabilidade de sobrevivência da família inteira, portanto ainda que tenham tido a oportunidade de começar os estudos ou não, foram levados a postergar este momento de desenvolvimento pessoal que pode levar ou não a uma carreira promissora e com ganhos financeiros, mas certamente tem poder de elevar a

autoestima de um cidadão que se torna capaz de exercer o seu direito de ler o mundo com os próprios olhos e interpretá-lo a partir de suas percepções.

A tabela a seguir ilustra o que discurremos e explicita quão cruel é o que chamamos de abandono, mas poderia muito bem ser classificado como falta de possibilidades e condições de viver ativamente os direitos da cidadania.

Esquema 1 – análise da categoria temática referente às motivações do abandono escolar.

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Idade
Financeiro	Falta de dinheiro	2	“Eu não tinha condições financeiras que pudesse suprir as compras dos materiais didáticos.”	62
			“A grande dificuldade financeira, meu pai faleceu e deixou minha mãe responsável por 3 filhos menores, eu com 15, 11 e outro 1 anos e sete meses”.	47
Família	Responsabilidade	4	“Filho”	40
			“Trabalhava para sustentar os filhos”	41
			“Coisas pessoais”	40
Moradia	Residência fixa	1	“Ausência de residência fixa”	26
Saúde	Pandemia	2	“Pandemia”	18
			“Primeiro minha avó faleceu, depois Covid”	45
	Depressão	1	“Em 2014 entrei em depressão profunda e a partir daí parei os meus estudos por recomendação médica”	23
	Doença mental	1	“Problemas na família saúde mental”.	19
Trabalho	Trabalhar	6	“Comecei a trabalhar muito nova”	--
			“Querer trabalhar e buscar autonomia,	

			mas me arrependo. ”	28
			“O trabalho e a perda de um parente próximo. ”	35
			“Trabalho”	27
			“Quando eu vim morar em BH trabalhava o dia todo e não tinha tempo de estudar”.	40

As motivações que levam a parada forçada nos estudos podem ser bem diversificadas, sobretudo por estarmos analisando homens e mulheres, porém existem situações que são bastante corriqueiras nas histórias de abandono como, por exemplo, a destes dois estudantes que serão identificados com a letra E, e a numeração sequencial.

E1 de 18 anos diz que parou os estudos devido à gravidez: “Engravidei e fiquei um ano sem estudar”. E o E2 diz que: “Tive que começar a trabalhar muito cedo, para ajudar minha mãe no comércio, pois não tive a presença do meu pai”. Neste último caso foi a necessidade de subsistência que levou ao processo de abandono.

Esses são casos bastante regulares nas salas de aula da EJA. A maternidade que acontece sem planejamento leva muitas jovens a interromperem o ciclo acadêmico. Os motivos que envolvem a situação são abrangentes, tais como a falta do suporte com creches e assistência para que a jovem mãe possa continuar sua formação. No caso da jovem E1, observa-se que houve um retorno rápido para a sala, pois aos 18 ela teve condição de continuar o Ensino Médio. Uma outra estudante a E3 faz o seguinte relato: “Tive filha aos 18 anos; precisava trabalhar e cuidar de casa e não havia possibilidade nenhuma de terminar os estudos”. Ela retornou à escola aos 40 anos. Neste caso percebe-se que a situação de muitas mulheres foi ou ainda é muito parecida. Nos três relatos, há um retrato bastante comum da EJA em que a necessidade de subsistência pessoal e da família é uma das maiores razões do abandono escolar. Conciliar a escola e o trabalho é algo muito difícil: “eu chegava em casa morto”, relatou um estudante, nas rodas de conversa.

A seguir o esquema representa as motivações dos 25 estudantes para retornar ou começar a estudar após os 15 anos.

Esquema 2 – análise da categoria temática referente às motivações para o retorno à escola.

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Idade
Certificação	Conquista	1	“Conquistar meu diploma com sucesso, terminando um ciclo e começando outro, levando comigo os ensinamentos dados para a vida. ”	19
	Carreira	1	“Formar, para seguir carreira de culinária”.	18
	Meta	2	“Ter acesso a cursos e outros estudos que não posso fazer por não ter formado o Ensino Médio”.	23
	Acesso a outros cursos	2	“Tenho uma meta de concluir o Ensino Médio, fazer faculdade e fazer concurso para PM MG”.	45
			“Fazer uma faculdade. ”	27
Necessidade	1	“Conquistar o diploma e fazer uma faculdade na área de que eu gosto, e crescer na vida”.	24	
			“Preciso do diploma.”	35
Trabalho	Oportunidades	2	“Ter mais oportunidades no mercado de trabalho. ”	19
			“Novas oportunidades no mercado de trabalho. ”	26
	Emprego	1	“Conseguir emprego. ”	41
	Melhorar	1	“Melhorar condições de trabalho. ”	40
Conhecimento	Adquirir conhecimento	2	“Ver a importância de adquirir conhecimento. ”	19
			“Adquirir conhecimento. ”	28
	Melhorar os conhecimentos	1	“Parei de estudar com 15 para 16 não tinha condição de continuar, e agora apareceu a oportunidade e estou dando continuidade para melhorar os meus conhecimentos”.	62
Família	Mãe	1	“A minha mãe é o motivo de estar estudando na EJA CNSD”.	24

	Filhos	1	“Dar o melhor para minha filha, ter um bom emprego e uma qualidade de vida melhor.”	18	
Desenvolvimento	Vida melhor	1	“Ter uma vida melhor”	21	
	Futuro melhor	4	“Ter um futuro melhor e completar o Ensino Médio”.	-	
				“Futuro/ ter um emprego melhor, para receber um salário melhor”.	19
				“Um futuro melhor.”	18
Oportunidade	1	“Depois de algumas tentativas de regressar hoje vejo a EJA como a grande oportunidade.”	47		
Realização pessoal	1	“Realização pessoal, sempre quis terminar meus estudos.”	40		

Das lutas pelo reconhecimento da cidadania

Reconhecer-se cidadão e pertencente a um grupo é o desejo que nos move enquanto seres humanos. Na sociedade, concluir os níveis de estudo e receber a certificação continuam sendo importantes balizadores. Arroyo (2021, p. 128) traz o seguinte questionamento ao fazer referência ao processo educacional: “Cidadãos ainda não plenos porque sem valores de ordem e progresso?”. Para alguns, um sujeito sem a escolarização mínima pode ser entendido como cidadão menor ou menos cidadão. Quem tem conhecimento consegue reivindicar seus direitos, a sociedade ainda dá valor diferenciado aos que possuem graus mais elevados de estudo e isso não está apenas em nossas ideias, mas, a valorização dos sujeitos por aquilo que eles representam ou possuem, faz parte do nosso coletivo social.

O aluno da EJA já experimentou essa desvalorização de sua cidadania por sua pouca escolarização em algum momento de sua jornada. Para exercer a cidadania plena com seus direitos assegurados, muitos ainda veem que só é possível dentro de um processo de escolarização, portanto concluir os estudos é divisor de águas para aqueles que esperam uma mudança em suas vidas.

O E4 de 60 anos espera com a conclusão do Ensino Médio “Conquistar um futuro melhor, através do diploma no Ensino Médio”. Já o E5 deseja crescer na “área profissional e nos conhecimentos”. Quando o sujeito recebe formação que o ajude na busca e na conquista da autonomia, espera-se que a leitura que faça de si mesmo como possibilidade de transformar sua realidade seja outra - aquela na qual ele se enxergue como parte. A conquista da certificação é para muitos um ingresso neste mundo de possibilidades e existe a crença de que mudando o grau de escolaridade, a possibilidade de crescimento é possível.

A não completude do processo pode ferir o sujeito na sua dignidade de cidadão. Espera-se que completar os estudos ou avançar alguns passos no processo de letramento e de escrita traga aos seus sujeitos a esperança e a possibilidade de serem vistos como cidadãos de uma sociedade que se reconhece em desenvolvimento e não que enxerga apenas os que contribuem, segundo critérios capitalistas, com o sistema. Arroyo (2021), ao questionar este sentido de completude do ser cidadão faz a seguinte reflexão:

(...) O direito ao conhecimento não é admitido como inerente ao reconhecimento do direito à cidadania de todos. Ainda não foi superada a dicotomia entre os cidadãos já sujeitos de direitos e os outros subcidadãos sem direitos, ou em uma subcidadania condicionada à escolarização. (...). Ainda prevalece a cultura social, política e pedagógica de que o povo, trabalhadores, negros, indígenas e pobres não são cidadãos plenos por não terem bens nem valores de progresso, de ordem. (...) assim, ainda continua a crença política e pedagógica de que, pela educação e pela escolarização superarão essa irracionalidade, incultura, e merecerão ser reconhecidos cidadãos. Predomina a crença: Educação para a cidadania. A EJA como a última saída de emergência para os não cidadãos saírem da subcidadania. (ARROYO, 2021, p. 128).

Caberá sempre ao corpo docente e técnico ajudar os alunos neste caminho de reflexão, pois a escola não tem o papel de depositar nos alunos conteúdos pedagógicos, pensados e elaborados pela matriz curricular ou para cumprir as exigências legais dos programas, mas ajudar os jovens e adultos a fazerem a leitura do mundo em que estão plenamente inseridos e os desafiam constantemente a lutarem por reconhecimentos, espaço e dignidade. Desta forma, estes alunos são ajudados a perceberem qual o sentido da existência deles e como usufruir plenamente a cidadania, com ou sem a educação básica completa, sendo ativos, como disse Freire (2021, p. 53), “afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”.

Os estudos possuem para os alunos da EJA uma projeção e expectativa de futuro bem objetiva. Veremos no esquema abaixo como eles demonstram a esperança de conquistar algo que lhes fará bem. A conquista do certificado é cheia de significados e boas possibilidades de mudança e de crescimento.

Esquema 3 – análise da categoria temática referente ao que se espera com os estudos que estão fazendo

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Idade
Conhecimento	Adquirir conhecimento	3	“Adquirir conhecimento.”	18
			“Com 62 indo para 63 é para adquirir mais conhecimento.”	62
			“Adquirir conhecimento.”	28
	Concluir	1	“Espero concluir todos os semestres e espero estar cada vez mais aprendendo.”	23
Fazer cursos	1	“Poder fazer alguns cursos; melhorar profissionalmente.”	40	
Desenvolvimento	Faculdade	5	“Entrar em uma faculdade de direito e me tornar advogado.”	19
			“Formar e começar uma faculdade.”	-
			“Me formar e fazer uma faculdade.”	18
			“Concluir o Ensino Médio para ingressar na faculdade.”	40
			“Fazer um concurso e até mesmo uma faculdade.”	-
	Currículo	1	“Ter um currículo melhor.”	26
			“Alcançar um futuro melhor.”	18
	Futuro	2	“Progredir e ter um futuro melhor.”	21
			“Primeiro acreditar que sou capaz, e ao término ingressar na faculdade, fazer concursos e cursos oportunos.”	47
			“Mais oportunidade de	45

			aprendizado em outras áreas. ”	
	Vida melhor	1	“Uma vida melhor. ”	19
	Conquistar	1	“Eu espero conquistar tudo o que eu sempre sonhei. ”	24
	Vida cotidiana	1	“Levar os ensinamento captados para a vida cotidiana, os estudos podem dar uma luz no fim do túnel quando precisamos em algum caso. ”	19
Trabalho	Emprego	1	“Conseguir emprego. ”	41
	Trabalho melhor	1	“Arrumar um trabalho melhor. ”	35
	Carteira assinada	1	“Poder arrumar serviço de carteira assinada. ”	24

Os depoimentos presenciais e as respostas do questionário demonstram o interesse em concluir os estudos para ter um certificado, mas trazem uma perspectiva de crescimento pessoal e a esperança de que a conclusão deste ciclo pode ajudar a conquistar algo que seja melhor e capaz de transformar, de alguma forma, suas vidas.

O fato de estarem estudando, após jornadas plenas de esforços físicos nos trabalhos, são resultados do interesse em ir além como seres humanos e como cidadãos. O E6 aos 60 anos é um exemplo: “Espero levar o que aprendi para minha vida e tentar fazer novos cursos de aperfeiçoamentos. ”

Neste contexto cabe a Instituição pensar em estratégias e momentos de diálogo que possam incentivar os discentes na inquietação que gera busca por conhecimento que podem levar a conquistas pessoais. É necessário um reforço e apoio para que não parem diante de obstáculos e lutem contra os limites impostos, deixando assim um transbordamento de esperança e desejo de crescimento. O Art. 22 do Regimento da Instituição ao destacar os objetivos da Educação de Jovens e Adultos ressalta os seguintes pontos:

- Criar situações de aprendizagem que proporcionem conhecimento ao educando, visando ao desenvolvimento de habilidades socialmente significativas e à construção de identidades solidárias, autônomas, competentes, responsáveis e cidadãs;
- Promover ambiente incentivador da curiosidade, do questionamento, do diálogo, da criatividade e da originalidade;

Oferecer regime de progressão parcial e continuada nos períodos letivos, de forma a proporcionar condições para consecução dos objetivos fundamentais da Educação Básica;
 Selecionar conteúdos curriculares adequados à idade dos alunos, aos ciclos de desenvolvimento humano e às especificidades dos educandos;
 Aproveitar os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelos educandos por meios informais, privilegiando temas adequados à sua faixa etária;
 Utilizar metodologias e estratégias diversificadas e de interesses dos alunos; (REGIMENTO - CNSD)

Portanto, acompanhar a concretização do ideal que os estudantes trazem é compromisso regimental da Instituição, que exigirá da Instituição grande esforço para olhar os instrumentos aplicados que possibilitem a descoberta dos caminhos adequados a cada um, pois reconhecem a diversidade da natureza humana.

Diversidade da sala de aula

Nos 23 instrumentos de pesquisa é possível observar a diversidade da sala de aula da EJA nesta Instituição. O grupo é composto por alunos que têm uma variedade bem considerada em distintos aspectos. O quadro a seguir mostra os alunos divididos por décadas.

Gráfico 3- classificação etária dos estudantes por década



A diversidade não significa, necessariamente, que haja prejuízo dos alunos, porém é um dado que deve ser levado em consideração, tanto para o trabalho dos docentes quanto para a equipe técnica que acompanha e desenvolve estratégias para ajudar o grupo no seu desenvolvimento. Neste grupo, em específico, existe, em uma mesma turma, alunos de 19 e de 62 anos. Alunos que tiveram a experiência de morar em outro país e aluno que é de abrigo público. Aluno que o responsável deixa na porta da escola e aluno que vem direto do trabalho.

Na conversa em grupo, a diversidade não foi destacada em nenhum momento como algo que atrapalhe ou traga prejuízos ao rendimento, ao contrário, foi destacado pelo grupo o respeito e a organização que existem nos ambientes. O respeito foi dito como algo que eles, discentes, recebem dos docentes, dos colegas e do corpo técnico.

Existe uma clareza no código de conduta permitido ao discente dentro do espaço, em que desrespeitar os demais não é permitido. Não foi possível perceber se este respeito é absorvido pelos que estão no ambiente como um valor que levam para a vida e suas relações ou se é praticado apenas naquele espaço já que ali não é permitido e a má prática pode levar o docente ou o discente a ser retirado da Instituição.

É perceptível em algumas falas um 'mito' vivo entre os docentes de uma determinada postura que se espera em escolas de 'freiras', mesmo que no dia a dia não haja nenhum contato direto com os estudantes ou nos espaços em que eles circulam. Determinadas atitudes são vistas como impróprias para o ambiente pelos próprios discentes. Ao ingressarem na escola, os alunos assimilam que algumas posturas não são permitidas, pois o colégio é associado a esse estereótipo. O imaginário coletivo social já internalizou posturas permitidas e menos aceitáveis.

Não se quer com a reflexão acima determinar que seja bom ou ruim o modo com que os alunos se comportam, apenas destacar que o fato foi identificado e inclusive com a pesquisadora houve uma resistência inicial de conversa, mas após esclarecimentos de que ela não pertencia àquela Instituição e, inclusive, era de outro Estado, é que a conversa ocorreu de forma menos tensa em grupo e individualmente. O fato é que o clima de respeito é evidente, porém, é possível observar se essa postura é uma parte integrante da vida social cotidiana do grupo ou se é adotada apenas quando estão dentro daquele espaço específico.

Análise dos Instrumentos de pesquisa na perspectiva dos docentes

Os instrumentos foram respondidos por membros da Equipe técnica pedagógica e por docentes. A Instituição tem um quadro de 7 pessoas na parte técnica e 9 docentes para atender ao público da EJA. Foram respondidos 12

questionários. Todos de forma livre e sem identificação com o intuito de propiciar liberdade e sigilo aos participantes.

A análise sobre o olhar docente é importante, pois o perfil do profissional da EJA e suas perspectivas para o trabalho com esta modalidade é parte importante do sucesso nos resultados a serem alcançados. A interação entre professor e aluno é muito importante em todas as etapas, mas destaco a necessidade de uma sensibilidade aguçada para lidar com pessoas que estão em percursos de resgate e luta por direitos. O acolhimento e o reconhecimento das buscas empreendidas, por parte dos docentes, é um diferencial nas rotinas que são estabelecidas nos encontros deste grupo.

Durante a observação da atuação dos docentes no cotidiano das atividades, algumas características da prática docente podem ser consideradas relevantes para a análise que faremos a seguir. Alguns docentes demonstram entrosamento forte com os estudantes e, através de suas conversas e exemplos, demonstram que a vida daquele grupo é importante e aparece nos momentos em que é considerada com os exemplos práticos dos docentes e em forma de questionamentos para os discentes sobre como eles vêm superando algumas situações de suas realidades individuais. Como exemplo disso é a professora que perguntou a um estudante específico se suas condições de trabalho haviam melhorado e se ele via alternativa ou novas perspectivas e, ele aproveita a oportunidade e desabafa: “eu queria compartilhar que, graças ao apoio e incentivo e às oportunidades que surgiram, consegui encontrar um emprego temporário. Mesmo que seja temporário, está fazendo uma grande diferença para mim e minha família”. A professora, então, utilizou esse exemplo prático para questionar os demais alunos sobre como eles poderiam superar desafios semelhantes em suas próprias vidas a partir do exemplo que tinha acabado de ser dado. Ressalto que isso não demonstrou violação da privacidade ou da liberdade dele, apenas uma valorização e memória de algo que provavelmente foi compartilhado com o grupo em um determinado momento.

Para o estudante de EJA, acredito ser fortemente importante essas conexões que são feitas com a vida e a realidade profissional, pois trazem sentido assim como toda a discussão que se segue partindo de um ponto comum. Foi o que fez a professora de História ao questionar os alunos sobre o que achavam do governo de um determinado prefeito e do atual; sem apontar discussões político-partidária levou o grupo a uma reflexão profunda de análise dos fatos que estão no cotidiano tais

como: preços no mercado, valor do vale transporte, condições de moradia, limpeza urbana, enfim uma série de aspectos do cotidiano que ao serem conectados com o conteúdo didático previsto no currículo escolar, ganha sentido e traz para o estudante da EJA envolvimento e participação.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repressões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de por experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformasse em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só elite é competente e sabe quais são as necessidades de interesse de toda a sociedade a escola deve ser também um centro e radiador de cultura popular, à disposição da comunidade não para consumi-la, mas para recriá-la. (FREIRE, 2021, p.64)

Essa citação enfatiza a importância da participação ativa da comunidade na construção do conhecimento e na transformação da realidade social. Freire argumenta que a escola não deve ser apenas um espaço onde as pessoas recebem instruções e informações passivamente, mas sim um ambiente onde todos têm a oportunidade de contribuir e se tornarem protagonistas de sua própria história. Destaca a necessidade de uma educação que leve em consideração as necessidades reais das pessoas e as capacite a serem agentes de mudança em suas vidas e em suas comunidades. A educação, segundo Freire, não deve ser imposta de cima para baixo, mas sim ser construída de forma coletiva, levando em conta as experiências e saberes prévios dos indivíduos.

Outro exemplo interessante observado foi a prática da professora de português e redação. Trata-se de uma docente bastante experiente na educação e que trabalha com a EJA na Instituição há dez anos. Ela desafiou os alunos a darem o máximo de si no aprendizado da produção de texto, motivou-os dizendo que possui um desafio lançado e um compromisso com todos os seus alunos das Instituições onde trabalha e aquele que conseguir tirar 100 na redação do ENEM poderá escolher o restaurante onde quer jantar e ela o levará. No primeiro momento o meu pensamento, gerado no social coletivo que não dá crédito aos estudantes da EJA, julgou que a proposta era vazia e até ofensiva, pois aqueles alunos não teriam acesso às técnicas necessárias para produzir um texto de nota máxima. Mas nos minutos seguintes, ao ver que eles não ficaram desmotivados com o desafio, percebi que limitar os sonhos e potencial de cada estudante da sala é o que mais fazemos na sociedade.

Ao fazer aquele desafio, a professora não estava armada com nenhum preconceito ou julgamento, simplesmente mostrou para os alunos que eles irão receber dela, ao longo do percurso, o apoio e as informações necessárias para que se desafiem e busquem o melhor de si, pois são capazes de aprender e vencer.

Expectativas Institucionais no olhar docente

Entender as motivações Institucionais para a realização de uma atividade dá ao projeto um potencial consideravelmente maior. Algumas vezes pessoas representam determinados espaços, mas não conhecem a missão, as ideias que eles querem criar na sociedade. Partindo deste pensamento, o instrumento quis encontrar resposta sobre como os docentes e os auxiliares administrativos que atuam junto ao público da EJA percebem o envolvimento da Instituição neste segmento.

Não se pode correr o risco de que as pessoas que representam a Instituição, juntamente aos estudantes, acreditem que a escola está fazendo um favor a pessoas menos favorecidas socialmente, isso porque estamos em uma EJA dentro do espaço de uma escola particular. Portanto foi visto como necessário escutá-los para entender a visão pessoal que cada um traz da EJA, na sociedade e na Instituição.

A análise e a observação da aplicabilidade dos valores que estão escritos nos documentos Institucionais são importantes, pois é necessário cuidar para não ser apenas papel. É necessário que estejam claros e que sejam aplicados por todos que ali atuam. O Colégio descreve, em suas normas internas o modo de ser e de atuação da Instituição, recorda que a 73 anos existe o cuidado em semear valores e conhecimentos, na comunidade educacional no intuito de contribuir com a formação de crianças, jovens e adultos. Em relação ao trabalho desenvolvido preconiza que deve ter o compromisso com a construção de um projeto de vida que contribua para a continuidade da vida acadêmica.

Cada docente tem suas motivações pessoais para atuar nos diferentes segmentos e nas diferentes Instituições, mas aqui estamos cercado um ponto de equilíbrio para apontar se os envolvidos nos processos possuem clareza e compreensão da missão Institucional. O Docente (DO) 1 ao falar sobre a importância da modalidade na Instituição observa que um dos objetivos seria “dar um pouco de

dignidade para aqueles que por qualquer motivo durante o percurso da vida tiveram seus estudos interrompidos e desejam agora retornar”. O DO 2 entende que pode haver uma vantagem Institucional ao oferecer o segmento, pois ao receber a questão sobre a importância da modalidade para a Instituição escreveu que seria: “Divulgar o nome da escola na região”. O que não consta na proposta da Instituição, a EJA não é descrita como serviços prestados à sociedade para a autopromoção Institucional. Resta a dúvida se essa é uma visão que o docente traz consigo por outras questões ou se, de alguma forma, a Instituição deixou transparecer que poderia obter alguma vantagem.

Para o DO 3: “a educação na EJA é uma modalidade muito distinta; o colégio com toda estrutura fornece um aprendizado de qualidade aos estudantes”. O reconhecimento de que a estrutura do colégio está à disposição da EJA foi importante nesta fala, pois estar em um espaço estrutural privilegiado não significa que todos tenham direito a desfrutar os benéficos que existem ali.

Na compreensão do DO 4 faz parte da Instituição religiosa esse serviço de resgate e de promoção. “Como Instituição religiosa, penso que faz parte do compromisso social e cristão, com a comunidade, a formação educacional”. Tal resposta é justamente parte do que essa pesquisa vem questionando, sobre o papel das Instituições religiosas na promoção humana. A resposta pode ser o reconhecimento do trabalho desenvolvido ou a concepção individual do docente de que as Instituições religiosas devam promover, em ambos os casos, um reconhecimento de que promoção humana e Intuições religiosas possuem vínculo.

O DO 5 percebe o potencial do ensino oferecido: “A EJA é de extrema importância para nossos alunos, o trabalho social que a Instituição oferece é gratificante, pois é capaz de mudar a realidade dos nossos alunos”. No entanto não se percebe, de forma geral, nas respostas que essa preocupação e qualidade de ensino que a Instituição desenvolve se dê pelo fato de ser uma Instituição religiosa ou se seria uma qualidade comum e esperada por se tratar de Instituição privada. O quadro abaixo traz uma síntese das respostas dos demais membros da Instituição.

Esquema 4 – análise da categoria temática. Qual a importância de ter a modalidade para a Instituição, segundo o olhar do docente.

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Função
Oportunidade	Oferecer educação de qualidade	4	<p>“Oferecer educação de qualidade a quem precisa”.</p> <p>“Uma forma de oferecer a educação de qualidade para as pessoas socialmente marginalizadas ou sem condição de ter estudo no momento certo”.</p> <p>“A importância é dar uma educação de qualidade a pessoas de baixa renda e que não tiveram a oportunidade de estudar”.</p> <p>“Favorecer aos jovens e adultos ensino de qualidade.”</p>	<p>Professor</p> <p>Gestão</p> <p>Professor</p> <p>Professor</p> <p>Gestor</p>
	Ajudar	1	<p>“Ajudar/ prestar um serviço aqueles que por motivos outros, não concluíram seus estudos.”</p>	Professor
	Humanizar a escola	1	<p>“Acredito que a EJA humaniza mais ainda a escola.”</p>	
Desenvolvimento	Participação	1	<p>“Preparar jovens para se situar no mundo e participarem de forma proativa na sociedade”.</p>	Professor
	Incluir	1	<p>“Auxiliar na melhoria social dos mais carentes, incluir mais pessoas na sociedade por meio da educação”.</p>	Professor

Saindo do olhar interno, os instrumentos levaram os pesquisados a olhar de forma mais abrangente e tecer um parecer sobre a EJA no país.

Visão docente da EJA

Saber a opinião ampla que os envolvidos têm com a EJA é considerado importante, pois a modalidade em questão possui questões maiores que os problemas que o grupo restrito enfrenta e desenvolve. Estar envolvido nos debates e atualizados com as lutas pode provar um comprometimento que vai além da Instituição em que se atua e abra o olhar para as lutas que precisam ser enfrentadas para a modalidade em nível amplo.

O DO 6 acredita que: “Infelizmente, a EJA ainda é uma modalidade de ensino com pouco investimento e uma grade curricular que deve ser questionada”. Situação amplamente criticada por docentes da EJA após a aprovação da nova BNCC, pois apesar de não ter foco direcionado para a modalidade apresenta um currículo ainda muito amplo e difícil de ser praticado.

Outra questão bastante atual foi trazida pelo DO 7 que diz respeito ao perfil dos alunos da EJA: “Apesar de ter mudado bastante o perfil dos estudantes dessa modalidade no Brasil, ainda vejo como uma oportunidade para a conclusão do E.F. e E. M., para aqueles que não tiveram oportunidade”. A modalidade vem sofrendo uma mudança bastante significativa pelo número de jovens que estão entrando no segmento para a conclusão do Ensino Médio.

Existem algumas pessoas que tendem a atribuir ao aluno da EJA a responsabilidade de seu percurso fora do que é considerado o prazo considerado legal. No grupo pesquisado não foi diferente, o DO 8 deixou a seguinte opinião: “Acho o projeto maravilhoso, mas confesso que a maioria dos alunos não valoriza a oportunidade”. Certamente existe entre os alunos da modalidade aqueles que não olham para o segmento como uma oportunidade, mas a palavra maioria, usada pode representar o coletivo social que atribui ao discente a responsabilidade pelo percurso interrompido sem considerar as inúmeras falhas e desiguais que existem na sociedade e que levam a diferentes jornadas os diferentes sujeitos da sociedade.

A perspectiva da Educação como direito que está sendo negado a diversos cidadãos não apareceu nas respostas. O quadro abaixo ilustra a opinião de parte do grupo.

Esquema 05 – análise da categoria temática como o docente vê a EJA no país

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Idade
Desafio	Falta de investimento	6	<p>“Carente de investimentos.”</p> <p>“Infelizmente, vejo que é um projeto muito bom, mas que precisa se adequar às demandas da atualidade para que haja procura por parte dos interessados. Há pouco ou quase nenhum investimento.”</p> <p>“De forma geral como toda a educação e não só a EJA, tem que melhorar e ter mais investimentos.”</p> <p>“Acredito que precisa de investir mais, pois existe um grande número de pessoas precisando estudar.”</p> <p>“Reduzindo o público alvo, em função da falta de investimentos e incentivos aos estudos pelos governos.”</p> <p>“Com muitos desafios a serem solucionados.”</p>	<p>Professor</p> <p>Gestor</p> <p>Professor</p> <p>Professor</p> <p>Professor</p>
	Oferta em andamento	1	<p>“Como uma oferta ainda em andamento, mas que não oportuniza outros elementos fundamentais aos estudantes, como: transpore, alimentação, etc.”</p>	Professor
Divulgação	Alcançar mais pessoas	1	<p>“Acredito que deveria alcançar mais pessoas, nosso país tem muitas pessoas sem acesso à educação.”</p>	Professor

Oportunidade	Democratizadora	1	“A EJA é democratizadora do Ensino. Facilita o acesso, a permanência e a continuidade dos alunos na escola.”	Professor
--------------	-----------------	---	--	-----------

Desafios institucionais

Ao oportunizar a modalidade EJA em seus espaços as Instituições precisam estar cientes dos desafios que enfrentarão. São barreiras estruturais para a adequação dos espaços, ambientes próprios e equipe que assuma as necessidades da modalidade, mas precisa, antes de tudo, ter clareza dos seus objetivos institucionais, pois disso dependem as estratégias que serão desenvolvidas.

A pesquisa procurou entender o que representava para os estudantes estarem em uma Instituição confessional, por considerar relevante a associação que existiria entre estar nesta Instituição ou em outra. Para cumprir sua missão e papel social a instituição necessita de instrumentos que ajudem a mensurar quão relevante tem sido sua contribuição para assim desenvolver novas estratégias.

Quando questionados se percebiam diferença entre a (s) escola (s) em que estudaram anteriormente e a atual, 17 pessoas responderam que sim e uma não respondeu. Nas justificativas apresentadas, no gráfico, podemos observar uma variação de motivações. O ensino oferecido pela Instituição é destacado com maior ênfase, acompanhado do item que destaca os professores. Conforme já falado anteriormente, os estudantes sentem a importância e a valorização dos docentes da Instituição com relação a eles e ao trabalho. As características de acolhida e ensino de qualidade são também citadas como importantes.

Gráfico 4- questão 5.4 do Instrumento de pesquisa



No grupo pesquisado havia alunos que começaram os estudos na fase adulta e aqueles que os interromperam e estavam voltando; para ambos foram perguntadas as motivações para escolherem a Instituição atual. O objetivo era perceber se houve intencionalidade em estar nesta Instituição, pelo reconhecimento das características que a mesma se propõe a ofertar a modalidade EJA ou se a escolha era feita por outras questões. As motivações encontram-se no quadro abaixo.

Esquema 06– análise da categoria temática referente às motivações para ter escolhido a escola atual.

Categoria temática	Subcategoria	Frequência	Exemplo	Idade
Indicação	Amigos	1	“Recomendação do amigo.”	-
	Ouvi falar	1	“Porque disseram que era boa.”	35
	Encaminhamento	1	“Fui encaminhada.”	40
	Referências	1	“Pelos referências que são ótimas.”	19
	Indicação	1	“Por indicação de uma cliente que atendia como (esteticista), ela fez EJA e falou muito bem, do ensino de qualidade.”	42
Trabalho	Proximidade	1	“Pelo motivo de estar trabalhando próximo a esta escola.”	60
	Encontrar trabalho	2	“Por conta de outros fatores, como o trabalho, por exemplo.”	28

			“Para poder terminar os estudos e arrumar um trabalho fixo. ”	19
Qualidade	Credibilidade	4	“Pela credibilidade. ” “Uma escola boa. ”	40 18
	Oportunidade	1	“Voltei este semestre nesta escola por ser uma instituição séria e a escola por ter EJA e porque a escola é boa. ” “Por ser uma escola tradicional de boa reputação. ”	18 24
	Ensino	1	“Oportunidade de ter a experiência de estudar em uma escola particular, depois de ter passado a vida em escolas públicas. ” “Por que eu gosto da escola e o ensinamento é muito bom. ”	45 26
Adequação	Necessidade	2	“Porque estudava em escola pública e lá tinha um aluno com educação sócio educativa e sempre pegava no meu pé. ” “Eu terminei o Fundamental no Paulo Mendes, no bairro Santo Antônio, e ia de Van e para o E. Médio não tinha, então consegui me inscrever aqui na Nossa Senhora das Dores. ”	23 62

A variedade das respostas apresentadas é compatível com as qualidades que os estudantes apontaram anteriormente; destacam-se as falas de 3 docentes que percebem quão importante a Instituição é e representa no coletivo social da cidade como apontado por: E7 “Por causa da qualidade da escola”. E8 “Pelo seu nome e por ser uma escola conceituada”. E9 “Pelo conceito e pelo nome”.

Outros ainda demonstraram o que é muito comum no momento da escolha de uma Instituição de ensino, ou seja, as características que preenchem a necessidade do estudante, aqui representadas nestas duas falas: E10 “Porque era mais perto do trabalho”. E11 “Era a única escola oferecendo o primeiro ano. ”

Por fim, as motivações que levam a escolha de uma Instituição de ensino podem ser as mais variadas, porém a acolhida e o modo como as atividades se desenvolvem representam o verdadeiro diferencial no caminho dos que buscam por uma Instituição de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) continua sendo um desafio nos tempos atuais. Nossas reflexões sobre as origens da preocupação com o processo educativo dos cidadãos brasileiros já nos demonstram que educar a todos não era o objetivo e nem uma prioridade. Muito menos uma educação desinteressada, ou seja, a educação que tem como objetivo o desenvolvimento e a promoção do cidadão. Educar para desenvolver no outro a cidadania e a possibilidade de vida digna acaba sendo um projeto secundário.

Como resultado, temos um país que não só não deu conta de resolver as questões ligadas à Educação Básica da população, como continua gerando, constantemente, mais cidadãos que precisam, ainda na vida adulta, concluir estes estudos, iniciais, em um processo que se poderia chamar “fora de hora”, simplesmente considerando que a hora seria a idade adequada pela lei, pois para aprender não existe hora.

Dentro deste contexto é que se insere o questionamento sobre a possibilidade da atuação das Instituições Religiosas e Associações, enquanto contribuição, para a formação e participação efetiva nesta modalidade. Qual o papel que as organizações religiosas e Associações Civis podem desempenhar? Pensar em papel social é pensar nas responsabilidades que tais Instituições assumem na origem de suas fundações, pois, como vimos no capítulo anterior, quando as Instituições surgem, devem ter claro em seus estatutos e regimentos internos quais as atividades que pretendem desenvolver para minimizar ou mitigar alguma questão social que julgam pertinente.

A Instituição pesquisada tem enfrentado alguns desafios na fidelização dos alunos por aspectos que em alguns momentos fogem de sua alçada, como, por exemplo, o transporte, por ser uma escola particular os alunos não podem tentar o vale de estudante.

A região onde a escola se encontra é um facilitador para quem sai do trabalho e já pode ir para a escola, mas ao mesmo tempo é difícil encontrar transporte para retornar para suas residências, enfim são desafios do grupo de EJA em várias partes do território brasileiro. Novamente retornamos ao fato do direito negado e

desta vez negado por falta de condições, pois não basta instituir a modalidade e sua obrigatoriedade precisamos pensar nas condições de acesso.

A compreensão do desenvolvimento deste trabalho Institucional, e os desafios enfrentados pelo grupo serviram de base para a organização do Produto Educacional (PE) resultado desta pesquisa.

Ao se deparar com as complexidades da EJA, é evidente a importância de um PE que seja reflexo das análises realizadas, garantindo que ele seja verdadeiramente relevante e aplicável à realidade dos estudantes adultos. Além disso, o PE deve ser concebido de forma a promover uma EJA inclusiva, que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de sua idade, histórico ou condições socioeconômicas. Portanto, o PE não é apenas uma predefinição do pesquisador, mas sim uma resposta orgânica e contextualizada às demandas e desafios identificados na pesquisa sobre a EJA. Vale ressaltar que os estudantes demonstraram que os espaços religiosos de educação formal também são importantes em suas jornadas, pois se sentem acolhidos e valorizados.

PRODUTO EDUCACIONAL

A necessidade que o Mestrado Profissional coloca a formulação de um PE levou-me a pensar nas inúmeras possibilidades de produtos que esta pesquisa poderia proporcionar, pois a EJA é abrangente e suas necessidades são inúmeras. A primeira ideia foi organizar um curso em uma unidade Instituição, mas devida a inúmeras complexidades, como o tempo da pesquisa, em acordo com a banca da qualificação o caminho foi outro, portanto, como PE, ao final desta pesquisa serão apresentadas diretrizes norteadoras para que Instituições, que desejarem, possam implementar a EJA em seus espaços físicos com o objetivo de apoiar as Instituições que queiram desenvolver este trabalho e para que possam se sentir mais seguranças apresentaremos os fundamentos e orientações.

O artigo da revista Actio (ACTIO, 2018, p.2), lembrava que os produtos educacionais não se configuram e nem devem ser vistos como receitas prescritivas capazes de serem acriticamente reproduzidas por outros... embora o produto aqui desenvolvido possa ter no nome algumas características históricas que remetam a este tipo de pensamento, messiânico e determinista, não é seu objetivo. Trata-se de embasar teoricamente os caminhos que a prática, muitas vezes, não sabe percorrer para diminuir empecilhos legais no desenvolvimento do projeto.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil e que faz a classificação do PE, o tipo do produto que foi desenvolvido pode ser classificado como Produto Técnico Tecnológico (PTT). Conforme descreve o anexo da Ficha de Avaliação da área de Ensino Orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais:

Tecnologia Social: método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e/ou apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida, com características de atividades de extensão; (...)

Manual/Protocolo: conjunto das informações, decisões, normas e regras, que se aplica a determinada atividade, que ensina os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia

pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos; (EDUCAPES, 2020).

O projeto foi desenvolvido no formato de livreto. Contém motivação teórica que fundamenta a necessidade do trabalho das Instituições nesta modalidade. Além de imagens motivadoras as frases são apelos da Igreja e de estudiosos da área. O objetivo é que seja um documento prático, de fácil manuseio e baixo custo na reprodução.

Metodologia do desenvolvimento do produto

Foi realizada uma pesquisa teórica, a fim de contextualizar a EJA no país com sua trajetória história de lutas. A perspectiva do direito negado é exposta, pois é importante para a sensibilização da sociedade. Esta pesquisa foi pensada, também, para esclarecer o que são as Associações e Organizações Religiosas no país. O foco da pesquisa são as Instituições ligadas a Igreja católica, mas como destacamos elas podem prestar seus serviços de diversas formas.

Com a parte teórica analisada foi elaborado um instrumento de pesquisa e aplicado aos estudantes de uma Instituição Religiosa na cidade de Belo Horizonte. O Instrumento tinha como objetivo colher aspectos das trajetórias destes estudantes, para compreender seus percursos truncados e por vezes negados na busca de completar seus estudos. Quais as perspectivas e expectativas estes sujeitos trazem ao buscarem a escola na idade adulta. Esperávamos, ainda, outras informações como a importância ou não da Instituição na vida acadêmica destes autores.

A Equipe técnica e o corpo docente também foram ouvidos e tiveram a oportunidade de expressarem-se através do instrumento específico e sua prática foi analisada e comparada com os documentos que a Instituição possui para desenvolver o trabalho Institucional

O PE, surgiu como um guia com algumas informações importantes para uma instituição que pretende começar a modalidade em seu espaço. A ideia primeira é motivar os que ainda não pensaram que podem apresentar uma contribuição direta na busca de amenizar o problema destes cidadãos. Algumas Instituições desconhecem, inclusive, o apelo da Igreja para que esteja junto aos espaços educativos promovendo educação de qualidade e valores éticos, sem com isso desresponsabilizar o estado.

Foram utilizadas frases diretas e de impacto imediato o objetivo não é exaurir a explicação no livreto, mas dar a oportunidade para que a pesquisa seja aprofundada e as questões ali expostas sejam aprofundadas pelo grupo que buscará a implementação da EJA. As imagens a seguir ilustram com é a estrutura.

Envolvimento Institucional com a EJA

Por tratar de instituições ligadas à igreja católica, a sensibilização dos gestores levará em conta o apelo da Igreja para a ajuda na reconstituição do bem-estar social da humanidade e a obrigação delas, perante à necessidade de ajudar as nações onde estão presentes. A dignidade humana deve ser uma pauta em tais espaços. Portanto, a complexidade deste processo passa pela sensibilização das Instituições e os indícios que apontam para a real possibilidade do quanto podem fazer a diferença na vida de uma parte da população que vem tendo seus direitos negados.

O embasamento teórico mais atual para esta participação foi o Pacto Educativo Global, celebrado pelo Papa Francisco. Um movimento global que atingiu os membros da Igreja em todos os continentes e tem propostas caras e concretas para direcionar as ações educativas das Instituições católicas, sempre no intuito da promoção humana e valorização da vida. Através do Qr Code a Instituição é direcionada para a página que traz maiores explicações sobre a aplicabilidade.

7 compromissos do Pacto Educativo

1. Colocar a pessoa no centro de cada processo educativo
2. Ouvir as gerações mais novas.
3. Promover a mulher.
4. Responsabilizar a família.
5. Se abrir à acolhida.
6. Renovar a economia e a política.
7. Cuidar da casa comum.

<https://anec.org.br/acao/pacto-educativo-global/>

Conheça o Pacto educativo!

É uma questão, para além do direito, de acreditar que o ser humano é capaz de se desenvolver e que tem potencial, independentemente da idade ou da condição social. É reconhecer que todos merecem uma oportunidade para desenvolver suas potencialidades. Esse deveria ser o olhar das Instituições Religiosas, dentro da lógica que convoca os atuais documentos da Igreja.

Educar é apostar e inserir no momento em que estamos a esperança para o Papa Francisco, é necessário romper os determinismos e fatalismos com que muitas vezes o egoísmo do forte, o conformismo do vulnerável e a ideologia do utopista querem impor como único caminho possível.

A dívida social que temos com a EJA é histórica e precisa do apoio de ampla parcela da sociedade para que se possam vislumbrar novos horizontes.

Figura 2 - Página 18 do Produto

Atenção e riscos no desenvolvimento da modalidade

O PE propõe alguns passos na etapa de implantação, é preciso conhecer a legislação vigente e fazer o estudo da região, para conhecimento do público alvo e da demanda. Identificar os sujeitos que se adaptam e que querem a oferta do programa é de extrema importância, pois sem o mapeamento corre-se o risco de oferecer um pacote pronto e que poderá não atender às necessidades. São muitas as variantes que devem ser levadas em consideração quando se trata da EJA, pois é complexo e contempla o jovem excluído do sistema regular ao idoso que não teve oportunidade de educação formal. Analisar a legislação e as exigências para que a unidade possa desenvolver em seu local um espaço destinado a esta modalidade é outra questão a ser observada. A Instituição poderá ter como objetivo a conclusão dos estudos da Educação Básica, ou apenas, alfabetização sem certificação. O aspecto econômico deverá levar em conta os gastos para a implantação e desenvolvimento do projeto.

Aspectos Institucionais

A Instituição precisará estar atenta em alguns pontos importantes:

- Regimento Interno
- Proposta Pedagógica

Estes **documentos** devem ser adequados para conter a proposta da modalidade EJA.

É muito **importante** no processo de **implementação**:

- ⇒ Selecionar uma **equipe** de pessoas que acreditem na EJA. Embora seja parte da educação básica a modalidade possui especificidades, o que torna indispensável uma equipe competente sensível e aberta para a diversidade que existe na modalidade.
- ⇒ Preparar na Instituição um **espaço** que seja voltado para o público jovem e adulto.
- ⇒ Muito importante, antes de implantar o projeto, é realizar um estudo para identificar a necessidade da região e traçar a campanha de **divulgação da oferta** certa!

Será preciso o Programa de divulgação do projeto
Não basta boa vontade!!!!

Figura 3 - Página 19 do Produto

Possibilidades de caminhos

A possibilidade de parceria em alguns espaços e territórios em que o poder público, por falta de recursos e/ou negligência não cumpre seu papel de garantir a todos os cidadãos a educação básica. Ainda que, para alguns, aconteça fora da idade prevista na lei, precisamos garantir que se cumpra o direito à educação.

As Instituições de Educação básica, sem fins lucrativos gozam de benefícios do governo. Apontaremos a possibilidade de utilização desses recursos no desenvolvimento do projeto aqui pesquisado, uma vez que a EJA faz parte da educação básica, assim os recursos financeiros podem ser investidos dentro da própria Instituição. Investigar, ainda, se os gastos serão de obrigação da Instituição ou poderá acontecer em parceria com governo, por meio de termos de cooperação ou outros meios possíveis para custear a implantação do projeto.

PARCERIAS

A Instituição que for **filantrópica** pode usar este recurso para os gastos do ensino, na modalidade EJA, pois faz parte da Educação Básica. A regra é a mesma aplicada aos outros níveis e modalidades.

OUTRAS POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO As Organizações da Sociedade Civil - OSCs - podem fazer parcerias com o poder público para desenvolvimento da modalidade.

As Associações, no desenvolvimento de seus serviços não buscam acúmulo de bens e renda e nem devem desobrigar o governo no cumprimento de suas funções. Suas atribuições estão voltadas, no entanto, como mediadoras de uma demanda local junto ao poder público DE FORMA LEGAL.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/cebas/calculadora-de-bolsas>

 Visualize ou acesse a calculadora do CEBAS para fazer as contas.

 Acesse o Qr Code ou acesse o link e conheça a Lei nº 13.019/2014, também chamada de Marco Regulatório do Terceiro setor.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/lei13019.htm

20

Figura 4 - Página 20 do Produto

Viabilidade do PE

O PE foi entregue à equipe gestora do colégio participante da pesquisa e a outros diretores de escolas confessionais para que pudessem apreciá-lo. O documento acompanhou um roteiro para que pudessem registrar o quanto o material apresentado poderia ser útil em sua prática, bem como pudessem apontar as necessidades de melhoria e de adaptação.

As apreciações foram devolvidas a pesquisadora e dentre as ponderações destaca-se que foi percebida a utilidade do material como rumo norteador para a ampliação de novas propostas a esta modalidade de Ensino.

No olhar do Diretor A “a contribuição dessas diretrizes se dá na perspectiva de elucidar uma lacuna existente na sociedade brasileira, para uma parcela

significativa de jovens, que se encontram fora da escola, por diversas razões, e uma oportunidade de as Instituições de Ensino investirem nessa causa, proporcionando uma transformação na vida de muitos jovens que estão na chamada situação de “fora de faixa etária” ou dentro da “Distorção idade x série”.

Para o Diretor B, “os principais aspectos para abertura de uma EJA foram contemplados, merecendo destaque um estudo da realidade, a inclusão no Regimento Escolar, formatação da Proposta Pedagógica, seleção de profissionais qualificados, organização do espaço escolar e o financiamento do projeto”.

“Esse PE pode ajudar no sentido de despertar nas lideranças educacionais a necessidade da oferta dessa modalidade de ensino; traçar de forma objetiva e clara os requisitos necessários para a abertura de uma EJA; ser uma diretriz, com linguagem bem simples e prática, dos principais aspectos que envolvem a criação de uma EJA; um instrumento bem prático de consulta para a implantação dessa modalidade de ensino”. Foi a opinião do Diretor D.

Neste processo, onde precisamos unir esforços para que a modalidade EJA ganhe espaço e possa alcançar muitos sujeitos é importante o uso de instrumentos assertivos, que possam causar atitudes reflexivas em todas pessoas e setores da sociedade que podem fazer a diferença. A sensibilização acompanhada de conteúdo pode facilitar o desenvolvimento de mais espaços que propiciem a oportunidade a tantos sujeitos que esperam pela oportunidade de verem seus direitos respeitados.

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa de mestrado **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CÍVIS**. Buscou analisar, no âmbito da área de Educação de Jovens e Adultos (EJA), opções que tenham a caminhos bem-sucedidos para a implantação dessa modalidade de ensino. Como resultado foi elaborado um produto educacional (PE) que quer ser uma orientação para as instituições no momento em que desejarem desenvolver a modalidade.

Esse questionário que você está sendo chamado (a) a responder, tem como objetivo validação do produto educacional, que está associado à dissertação original da pesquisa desenvolvida no do programa de pós-graduação de ensino em Educação Básica do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1) De que forma as Diretrizes Operacionais para implantação da modalidade EJA, intitulada **"A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CÍVIS"** pode contribuir com o seu trabalho?

2) Os aspectos principais necessários para abertura da modalidade EJA em escolas técnicas foram plenamente contempladas?

3) Caso não tenham sido plenamente contempladas, do que se trata falta?

4) Como esse PE pode ajudar uma instituição nesse construção?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação de jovens e adultos é pensar oportunidades, pensar sonhos negados e porque não dizer roubados. Quando negamos a alguém o direito de ser quem ele quer ser e viver como gostaria, roubamos seus sonhos e seu futuro. Infelizmente tem sido essa a realidade de muitos brasileiros. Seus sonhos estão sendo roubados. Todas as vezes que uma criança não tem acesso à educação e às condições de permanência na escola, teremos no futuro um adulto com sonhos roubados.

Quantas pessoas veem suas jornadas de sonhos interrompidas, mas nem todas podem, como minha mãe, retornar às suas caminhadas. Quais caminhos podemos hoje oferecer para que nossa dívida histórica seja enfim quitada? A história relatada no início foi a que me inspirou, mas tantas outras histórias poderiam ser registradas como inspiração. Quantos jovens são encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois a escola tradicional não deu conta de ajudá-los. São os que não conseguiram, os que não aprendem, não querem nada como nada, não nasceram para o estudo, os ditos desinteressados da vida? Enfim, temos muitas frases prontas para classificar os que não avançam nos estudos. Tirar a perspectiva de um futuro com conhecimento deveria ser algo jamais incentivado ou visto como normal, mas os cenários atuais mostram o contrário.

Esta pesquisa pretendeu apontar possibilidades de reestruturar, organizar e auxiliar na construção de projetos e trabalhos para que os alunos, público-alvo da EJA, possam ter acesso à conclusão de seus estudos, destacando como a modalidade pode se desenvolver nos espaços das organizações religiosas e associações civis. Sem desconsiderar a responsabilidade do Estado, como já apresentado durante esta dissertação, mas revitalizando nas instituições religiosas um espaço importante e necessário para atuação em prol de uma parcela da sociedade. Nesses locais, a atuação da instituição desempenhou um papel de extrema importância e relevância ao longo dos anos e em muitos momentos.

A educação não pode ser tratada como privilégio de algumas, mas como direito de todos. Temos hoje na sociedade um grupo de pessoas que não são contempladas com este direito, e lutarmos por este direito é uma questão ética. A educação voltada para a autonomia e emancipação dos sujeitos é importante e

necessária para uma sociedade mais livre e com homens e mulheres capazes de se sentirem parte da mesma e em condições de interagir nas mudanças sociais.

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar (FREIRE, 2021, p. 17).

Sabemos o quanto a educação resgata de humanização, de identidade social em mim e no outro o retrato dos sujeitos que percorrem os itinerários de luta pela educação nos mostra quão sofrida e desafiadora é a luta daqueles que mesmo estando fora do tempo considerado o ideal para a alfabetização/escolarização não se rendem aos desafios e buscam a sua autonomia. Nos levando a vislumbrar não somente os desafios do deslocamento entre seus espaços de trabalho e residência, como é evidenciado, mas também a grande diversidade daqueles que o percorrem: adultos, adolescentes e jovens que a pesquisa encontrou no espaço de estudo.

Há uma imagem chocante nas nossas cidades: final de tarde, filas de adolescentes, jovens e adultos à espera de ônibus para deslocarem-se do trabalho para os centros de EJA. Imagem ainda mais forte entrada a noite: filas desses mesmos adultos, jovens, adolescentes esperando os ônibus desses centros para os bairros, favelas, vilas. Deslocamentos noturnos do trabalho à EJA, e desta para a moradia distante. (ARROYO, 2021, p. 21).

Nosso entendimento é de que as pesquisas são de importância relevante para encontrarmos possibilidades de enfrentar os problemas que a sociedade continua a enfrentar. Não se trata de indicar qual escola queremos, mas de qual sociedade podemos construir, se tivermos a colaboração de muitos. Certamente, a sociedade que podemos construir seria bem diferente da que vimos nos relatos produzidos pelos discentes da EJA. Seria uma sociedade que valoriza e dá oportunidade para que seus cidadãos usufruam de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A.C.C. de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo. Summus Editorial. 2006.

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ. Ed Vozes, 2017. 3ª reimpressão 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2016. 3º reimp. da 1º edição de 2016, Título original: 1'analyse de contenu, ISBN 978-85-62938-04-7. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

BRASIL. **Lei 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713997&filenome=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009. Acesso em: 10 de dez. 2023.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil – de 25 de março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 10 de mar. 2023.

_____. **Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881**. Reforma a legislação eleitoral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em: 10 de mar.2023.

_____. **Constituição Federal da República de 1891**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

_____. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 de mar. 2023.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

_____. **Lei que institui o Código Civil. Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406_compilada.htm. Acesso em: 10 de out. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. De 05 de outubro de 1988. 30ª Ed. São Paulo. Ed Atlas S.A. – 2009.

_____. **Lei Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 8 de mai. 2023.

_____. IBGE. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. Agência de notícias. Rio de Janeiro 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 15 de out. 2023.

_____. IBGE. **Conheça o Brasil – População**. EDUCAÇÃO. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317>. Acesso em: 8 de jan. 2024.

_____. **PARECER CNE/CEB 11/2000 - HOMOLOGADO** Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

_____. **RESOLUÇÃO nº. 01/2021 de 25 de maio de 2021**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica.

BRIGHENTE, M.F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições** | v. 27, n. 1 (79) | p. 155-177 | jan. /Abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e Desdobramentos da LDB/1996**: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul. /Out.2010

CODIGO DE DIREITO CANONICO PROMULGADO POR S.S. O PAPA JOÃO PAULO II - VERSÃO PORTUGUESA. 4ª edição Revista Conferência Episcopal Portuguesa – LISBOA. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 5 de nov. 2022.

CONFERÊNCIA, Nacional dos Bispos do Brasil. VADEMECUM: **“Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil”**. Edições CNBB. 2014.

CONTRERAS, H.S.H.; PAULA, Ir. J. Luiz S.J.; CHESINI, Ir. C. ACSC. Organizadores. **Dicionário do pacto educativo global - Diccionario del pacto educativo global** [E-book] / Curitiba: ANEC, 2021.

COSTA, A.C.M. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: novos programas, velhos problemas. Disponível em:

http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf. Acesso em: 2 de nov. 2023.

CREMEJA (2019) – Educação: Órgão da Associação Brasileira de Educação. In: **II Congresso Nacional da Educação de Adultos, 1958**. Disponível em: https://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/08/II_Congresso_Nacional_de_Educacao_de_Adultos.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2024.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966) / Osmar Fávero; ilustrações de Paulo Cheida Sans.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea). Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/ofintegral.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

FERNANDES, A.P. **Memórias e representações sociais de jovens e adultos: lembranças ressignificadas da escola da infância e expectativas no retorno à escola.** / UNICAMP (Dissertação de Mestrado) – Campinas, SP: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/879635>. Acesso em: 20 de out. 2023.

FIGUEIREDO, G.O et al. **Educação, direitos sociais e políticas públicas: práticas, críticas e utopias (Organizadores e Organizadoras).** - Salvador: EDUFBA, 2022. 526 p. ISBN: 978-65-5630-358-1 1. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36018/4/educacao-direitos-sociais-politicas-publicas-RI.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

FRANCISCO Papa. Encontro **Religiões e educação: pacto educativo global.** Disponível em <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/documents/20211005-pattoeducativo-globale.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 70º ed. RJ: Paz e Terra, 2021.

_____, **Os cristãos e a libertação dos oprimidos.** Edições Base. Porto.1978.

_____, **direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade e São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021.

GADOTTI, M. ROMÃO, J.E. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 12º ed. São Paulo – Cortez, 2011.

GOHN, M.G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

HADDAD, S. **A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI.** Ação Educativa, São Paulo. Revista Brasileira de

Educação v. 14 n. 41 maios/ago. 2009. disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a13.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2023.

HIZIM, Luciano Abrão. SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. **A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular**. Rev. bras. Estud. Pedagogoga Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, maio/ago. 2022.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à Educação básica para Jovens e Adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. 1ª ed. Curitiba - PR. Editora CRV.2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MINAYO, M.C.S. (org.). DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos). 4ª reimpressão 2021.

MEB — **Movimento de Educação de Base**. Disponível em: <https://www.meb.org.br>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

MOTA, A.S.S. da. Os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do educador. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 12, Vol. 04, pp. 154- 170. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2019/12/desafios-e-possibilidades-1.pdf>. Acesso em: mar.de 2024.

OLIVEIRA, A.C.; HADDAD, S. **As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação**. Cadernos de Pesquisa, nº 112, março/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6nGcNcVr5hSC7GW7TfKKRYr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de out. 2023.

OLIVEIRA, M.K.. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista brasileira de Educação. Set/out/nov/dez/. nº 12. 1999.

PAULO Papa XVI. **Evangelii Nuntiandi: Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi do Papa Paulo VI ao Episcopado, ao clero aos fiéis de toda a igreja sobre a evangelização no mundo contemporâneo**. Disponível em https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_9_751208_evangelii-nuntiandi.html. Acesso em: 18 de nov. 2022.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores**. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf. Acesso em: 11 de out. 2021.

SILVA, Dom J.J.M. **Educar para libertar**: CNBB. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/educar-para-libertar/>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

SILVA, J.L.S.; SOUZA, J.C.L. BARBOSA, C.S. **VINTE ANOS DO PARECER CNE/CEB N. 11/2000: dos avanços aos desafios ainda não superados pela EJA**. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.57738. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/57738> acesso em: 10 de nov. 2023.

SILVA, R.B. **Educação comunitária**: além do estado e do mercado. Universidade do Estado da Bahia - Uneb Faculdade de Educação na Universidade de Campinas – Unicamp. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 85-97, março/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JG6FNvYcfTPDmCjbbHmHMjw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

SOUSA, J.R.; SANTOS, S.C.M.. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul. -dez. 2020. ISSN 2237-9444. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 10 de out. 2023.

VESCO, A.D. **Fundamentos do terceiro setor**: (entidades sem fins lucrativos): [recurso eletrônico] / Mafra, SC: Ed. da UnC, 2020. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Fundamentos_do_Terceiro_Setor.pdf. Acesso em: 9 de out. 2023.

ANEXOS**QUESTIONÁRIO PARA A APRECIÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Qual é a sua idade?

Qual é a sua cidade de origem?

O que motiva você a estar estudando?

O que você espera com os estudos que está fazendo?

Você interrompeu em algum momento da vida os

seus estudos? () sim () não

Se a resposta anterior foi **SIM**, responda as questões seguintes de número 5.1 até 5.4. Depois vá para a questão 6.

O que levou você a interromper os estudos?

Com quantos anos você voltou a estudar?

Quando você voltou a estudar, por qual motivo escolheu a escola atual?

Você consegue perceber alguma diferença entre a(s) escola(s) em que estudou antes e a que está estudando agora?

() sim () não

Se, sim, qual:

Se, não, o que para você não mudou:

Responda as próximas 3 (três) questões apenas se tiver dito **NÃO** na questão 5.

Com quantos anos você começou a estudar?

O que impediu você de começar a estudar antes?

Quando você começou a estudar por qual motivo escolheu a escola atual?

As próximas questões deverão ser respondidas por todos.

Qual é a sua opinião sobre a oferta da EJA na cidade onde você mora?

Você sente dificuldade para estar na escola?

Se respondeu sim à pergunta anterior, qual é a sua maior dificuldade para estar na escola?

Estar estudando em uma escola religiosa é um diferencial? Por quê?

Se quiser escreva seu nome

QUESTIONÁRIO PARA A APRECIÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Equipe técnica administrativa e professores

Qual a sua função na Instituição?

() Gestor () Professor

Há quantos anos a Instituição trabalha com a modalidade EJA?

Quais os principais motivos que levaram a Instituição a trabalhar com a modalidade EJA?

Qual a importância de ter esta modalidade para a Instituição?

Quais os maiores desafios de ter a modalidade EJA na Instituição?

Como você vê a Educação de Jovens e Adultos nesta unidade?

Como você vê a Educação de Jovens e Adultos no país?

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa de mestrado A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS.

Buscou analisar, no desafio da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), opções que levem a caminhos bem-sucedidos para a implantação dessa modalidade de ensino. Como resultado foi elaborado um produto educacional (PE) que quer ser uma orientação para as Instituições no momento em que desejarem desenvolver a modalidade.

Esse questionário que você está sendo chamado (a) a responder, tem como objetivo validação do produto educacional, que está associado à dissertação originada da pesquisa desenvolvida no do programa de pós-graduação de ensino em Educação Básica do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Centro de Educação e Humanidades, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

De que forma as Diretrizes Operacionais para implantação da modalidade EJA, intitulada "A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES CIVIS" pode contribuir com o seu trabalho?

Os aspectos principais necessários para abertura da modalidade EJA em escolas formais foram plenamente contempladas?

Caso não tenham sido plenamente contempladas, do que sentiu falta?

Como este PE pode ajudar uma instituição nessa construção?
